

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**A PERCEPÇÃO DE DISCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO -
CAMPUS SANTA TERESA SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

SIVAL ROQUE TOREZANI

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

A PERCEÇÃO DE DISCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO -
CAMPUS SANTA TERESA SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

SIVAL ROQUE TOREZANI

Sob a orientação da Professora
Dr^a Sílvia Maria Melo Gonçalves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências em Educação Agrícola**, no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, área de concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Setembro de 2015

630.7

T681p

T

Torezani, Sival Roque, 1962-

A percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - *Campus* Santa Tereza sobre a assistência estudantil / Sival Roque Torezani - 2015.

78 f.: il.

Orientador: Sílvia Maria Melo Gonçalves.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 60-65.

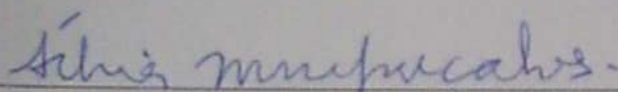
1. Ensino agrícola - Teses. 2. Estudantes - Assistência econômica - Teses. 3. Assistência alimentar - Teses. 4. Assistência social - Teses. 5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Campus Santa Tereza) - Teses. I. Gonçalves, Sílvia Maria Melo, 1950-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

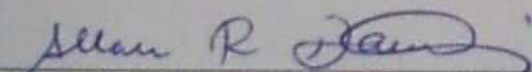
SIVAL ROQUE TOREZANI

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

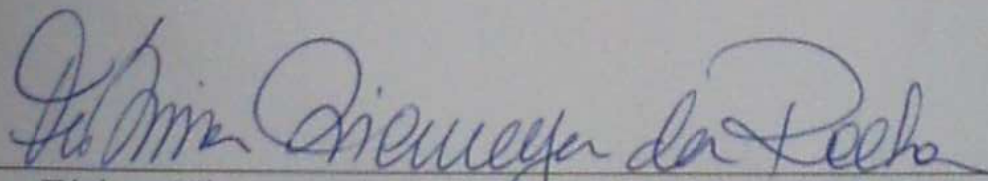
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 10/09/2015.



Silvia Maria Melo Gonçalves, Dra. UFRRJ



Allan Rocha Damasceno, Dr. UFRRJ



Fátima Niemeyer da Rocha, Dra. Univ. Secerino Sombra

DEDICATÓRIA

À minha esposa e aos meus filhos, que trouxeram amor e sentido à minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua existência.

À minha esposa Mariuza que sempre esteve ao meu lado nessa caminhada, dando incentivo e mostrando o caminho nos momentos difíceis.

Aos meus filhos, Juliano, Nathália e Felipe por entender a minha ausência, necessária para a evolução dessa pesquisa.

Aos meus Pais Aldelvino e Guiomar, que mesmo com as dificuldades da época foram os idealizadores de meus estudos para que estivesse hoje chegando a este nível de conhecimento.

Aos meus irmãos Idival, Eliana, Eliege e, em especial, a minha irmã Sanandrea pelo carinho, incentivo e apoio.

À minha orientadora Professora Prof^ª. Dr^ª. Silvia Maria Melo Gonçalves, pela colaboração e apoio no desenvolvimento e aprimoramento deste estudo.

À Professora Sandra Barros Sanchez (IN MEMORIAN) e ao Professor Gabriel de Araújo Santos pela dedicação, motivação e compreensão.

Aos meus colegas de Turma 2013-II- PPGA, amigos de caminhada e que souberam aproveitar essa grande oportunidade de aprendizado, em especial ao Domingos Sávio, motivador frequente nos momentos de desânimo e insegurança.

A todos os Mestres do PPGA, pela dedicação, competência e generosidade.

Aos Servidores (professores, técnicos administrativos, estagiários e prestadores de serviços) e aos Educandos entrevistados, pela colaboração para conclusão desta pesquisa.

RESUMO

TOREZANI, S. R. A Percepção de Discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus Santa Teresa sobre a Assistência Estudantil. 2015. 78p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2015.

Este trabalho objetivou investigar a percepção dos discentes beneficiados do Curso de Agronomia do IFES Campus Santa Teresa sobre a assistência estudantil no que se refere à permanência, desempenho acadêmico e funcionalidade da referida política no cenário educacional do curso. Para atingir esse objetivo geral, utilizou-se como metodologia a pesquisa avaliativa, um tipo de pesquisa qualitativa que compreende uma aplicação sistemática de procedimentos de pesquisa para acessar a concepção, o desenho, a implementação e as utilidades da Política Nacional de Assistência Estudantil-PNAES que ocorre no Ifes-*Campus* Santa Teresa. Os sujeitos de pesquisa são alunos do Curso de Graduação, na área de Engenharia Agrônômica (Agronomia) que são beneficiários dos programas da Assistência Estudantil-alimentação e moradia. Para obter os dados, questionários com perguntas abertas foram aplicados aos alunos. A análise dos dados foi realizada tendo a pesquisa avaliativa como perspectiva. Como resultado desse estudo, pode-se destacar a eficácia dos programas de assistência estudantil, tendo em vista que grande parte das respostas às perguntas não representou fragilidade. Nesse sentido, ouvir a voz dos beneficiários desse programa trouxe à tona a importância de se divulgar para a comunidade algumas informações do programa como a correção anual dos valores, desburocratização do processo, informatização das inscrições e dos controles dos programas disponíveis para a população, uma vez que a maior parte dos estudantes apontou como fragilidade as ações internas da assistência estudantil para a comunidade.

Palavras-chave: Assistência Estudantil, Políticas Públicas, Programas Sociais

ABSTRACT

TOREZANI , S. R. The perception of students of Instituto Federal do Espírito Santo - campus Santa Teresa on student assistance. 2015. 78p. 2015. 66p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2015.

This study aimed to investigate the perception of benefited students from the Agronomy Course in the IFES Campus Santa Teresa with the student assistance regarding permanence, academic performance and functionality of the policy in the education scenery of the course. To achieve this overall objective, it was used as methodology the evaluative research, a type of qualitative research comprising a systematic application of research procedures to access the conception, design, implementation and utilities of the National Policy on Student Assistance-PNAES that occurs in IFES-Campus Santa Teresa. The subjects of research were students that graduate in the course of Agronomy Engineering that are recipients of the Student-food and housing assistance programs. To get the data, questionnaires with open questions were applied to the students. Data analysis was performed with the evaluative research as perspective. As a result of this study, we can highlight the effectiveness of student assistance programs, given that most of the answers to the questions did not represent weakness. In this sense, the voice of the beneficiaries of this program brought to light the importance of disclosing to the community some program information such as the annual correction of values, reducing bureaucracy of the process, computerization of registration and controls the programs available to the population, Since most of the students showed how fragile the internal actions of student assistance to the community.

Keywords: Student assistance, Public Policy, Social Programs

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

FONAPRACE ⇒ Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
ANDIFES ⇒ Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
IES ⇒ Instituições de Ensino Superior
IFES ⇒ Instituições Federais de Ensino Superior
Ifes ⇒ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
PNAES ⇒ Plano Nacional de Assistência Estudantil
IFSULDEMINAS ⇒ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
PAEVS ⇒ Programa de Atendimento aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Social
UFRJ ⇒ Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIFEI ⇒ Universidade Federal de Itajubá
UFPB ⇒ Universidade Federal da Paraíba
UFMT ⇒ Universidade Federal de Mato Grosso
UFRN ⇒ Universidade Federal do Rio Grande do Norte
PPGSS ⇒ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
UFMS ⇒ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
GEPPEs ⇒ Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior
INEP ⇒ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
MEC ⇒ Ministério da Educação e Cultura
REUNI ⇒ Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
FHC ⇒ Fernando Henrique Cardoso
PROUNI ⇒ Programa Universidade para Todos
UFC ⇒ Universidade Federal do Ceará
ESALQ ⇒ Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós
ESAMV ⇒ Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária
UFRRJ ⇒ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
EPAs ⇒ Escolas Práticas de Agricultura
EPA ⇒ Escola Prática de Agricultura
SEAV ⇒ Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário
CAST ⇒ Colégio Agrícola de Santa Teresa
EAFST ⇒ Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa
D.O.U ⇒ Diário Oficial da União
SEMTEC ⇒ Secretaria de Educação Média e Tecnológica
EAFA ⇒ Escola Agrotécnica Federal de Alegre
EAFCOL ⇒ Escola Agrotécnica Federal de Colatina
CEFETES ⇒ Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo
LDB ⇒ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
PDE ⇒ Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE ⇒ Plano Nacional de Educação
SISU ⇒ Sistema Único de Seleção Unificada
ENEM ⇒ Exame Nacional de Ensino Médio
EPTC ⇒ Educação Profissional, Tecnológica e Científica

CONIF ⇒ Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

DAP ⇒ Departamento de Administração e Planejamento

PAEC ⇒ Programa de Auxílio a Estudantes Carentes

CD ⇒ Conselho Diretor

UEPs ⇒ Unidades Educativas de Produção

PAE ⇒ Política de Assistência Estudantil

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Ações da Assistência estudantil a partir de 1980

Quadro 2- Áreas estratégicas do PNAEs

Quadro 3- Recursos investidos do PNAEs/Universidade

Quadro 4- Recursos investidos PNAEs Campus Santa Teresa

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1- Faixa etária
- Gráfico 2 - Sexo
- Gráfico 3 - Origem
- Gráfico 4 - Membros da família
- Gráfico 5- Tipo de residência
- Gráfico 6 - Renda per capita
- Gráfico 7 - Período
- Gráfico 8 - Tipos de benefício
- Gráfico 9 - Relação benefício/período de contemplação
- Gráfico 10 - Critérios que regem o programa Gráfico
- Gráfico 11 - Relação benefício desempenho acadêmico
- Gráfico 12 - Pagamento dentro dos prazos
- Gráfico 13 - Recebimento do benefício até 5º dia útil
- Gráfico 14 - Documentação exigida na inscrição
- Gráfico 15 - Critérios para continuidade no programa
- Gráfico 16 - Prestação de contas
- Gráfico 17 - Permanência no Curso
- Gráfico 18 - Nota para o Programa
- Gráfico 19 - Demanda discente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O QUE APONTAM OS ESTUDOS	8
2 BREVE HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO.....	20
3 CONTEXTUALIZANDO O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	23
3.1 Breve histórico da Política Nacional de Assistência Estudantil: em foco as Universidades Federais.....	26
3.1.1 Alguns destaques sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil e a expansão universitária	29
3.2 Breve histórico da Política Nacional de Assistência Estudantil: em foco o Instituto Federal do Espírito Santo	34
4 OBJETIVOS.....	39
4.1 Objetivo Geral.....	39
4.2 Objetivos Específicos	39
5 MÉTODO.....	40
Caracterização dos sujeitos de pesquisa	43
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	45
Dos benefícios recebidos.....	49
Percepção dos discentes participantes sobre o Programa de Assistência Estudantil	51
Demandas dos discentes acerca do programa.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
ANEXOS	66
ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO.....	66
ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ALUNO(A) CONTEMPLADO(A) COM BENEFÍCIO (Alimentação e/ou Moradia).....	69
ANEXO 3 - EVOLUÇÃO DA PAE NO IFES <i>CAMPUS</i> SANTA TERESA – PERÍODO 2010 A JUNHO/2014.....	71
ANEXO 4 - ESTATÍSTICA DO PAEC NO ANO DE 2014/1 – INSCRITOS E CONTEMPLADOS GERAL.....	72

INTRODUÇÃO

Início esta dissertação apresentando fragmentos da minha trajetória estudantil e da minha história de vida, a fim de contextualizar o autor e a escolha pelo tema de pesquisa.

De origem humilde, realizei estudos em nível fundamental e médio/técnico em escolas públicas municipal, estadual e federal, concluindo o curso Técnico com Habilitação Profissional em Agropecuária. Nessa fase de aluno, a escola com regime de internato foi o grande marco e oportunidade em minha vida estudantil, pois as dificuldades financeiras enfrentadas por meus pais, trabalhadores rurais residentes no interior com difícil acesso à meio de locomoção/transporte dificultavam as condições e as oportunidades para estudar.

Nesta trajetória, abracei com afinco e dedicação a oportunidade, mesmo com todas as barreiras encontradas, como por exemplo, deixar o seio familiar com apenas 13 anos de idade e passar a caminhar só em meio a vários colegas de todas as partes do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. A partir daí, passaram a ser os companheiros de Escola, irmãos, pais e mestres. Não foi fácil! Muitas vezes chorei de saudades e desespero, mas como meus pais diziam que a educação seria a herança que eles poderiam nos deixar, se nos esforçássemos, aquela seria a oportunidade que teríamos para alcançar outros caminhos que proporcionassem ampliar os estudos.

Mesmo com todo o aporte do antigo Colégio Agrícola, ofertando moradia e alimentação, não era o suficiente para me manter fora do aconchego familiar. Mesmo com toda dedicação e esforço dos meus heróis, meu pai, minha mãe e meus irmãos, às vezes faltavam os materiais de uso pessoal no decorrer da estadia como aluno interno. Nesse contexto, tinha que prestar serviços nas residências dos Professores como capinar quintal, podar, irrigar jardins para obter recursos para custear minhas despesas de aquisição como sabonete, pasta de dente e demais materiais de uso pessoal.

Para além das dificuldades encontradas nessa minha trajetória estudantil no colégio agrícola, consegui me formar e atuei como técnico a partir de 02 de janeiro de 1981, por indicação do então Diretor Geral da Antiga Escola Agrotécnica. Isso me estimulou a dar continuidade aos estudos e a ser efetivado como Servidor Público Federal, tendo me licenciado em Geografia. Mais tarde, concluí os cursos de Especialização em Geografia do Brasil, em

Planejamento Educacional e em Licitações Públicas-Pregão. As dificuldades encontradas, a priori, nos motivaram a ter anseio de estudar e nos dedicar cada dia mais.

Minha experiência como Servidor sempre foi junto aos alunos no Regime de internato, na mesma Instituição em que estudei desde os 13 anos de idade e exerço essa atividade há 34 anos. O regime de internato é destinado apenas aos alunos e alunas que cursam educação profissional integrada ao ensino médio. No que tange às atividades desenvolvidas nessa instituição, desempenhei as de administração escolar, atuei como Técnico em Agropecuária, Assistente em Administração ocupando os Cargos de Direção e Chefia e Assessoramento, como Chefe do Setor de Registros Escolares, Coordenador de Integração Escola Empresa, Chefe de Gabinete. Fui Coordenador Geral de Administração e Finanças e, nos últimos 14 anos, atuo como Coordenador Geral de Assistência ao Educando e Gerenciador da Política de Assistência ao Estudante no *Campus* Santa Teresa e Membro do Fórum de Assistência ao Estudante da Reitoria.

Ao longo da vida profissional, sempre me interessei pelas pessoas que não tiveram oportunidade de acesso ou de prosseguir com os estudos em virtude das limitações financeiras. O exposto me motivou a aprimorar meus conhecimentos sobre o acesso e a permanência dos estudantes no que tange à implantação da Política Nacional de Assistência ao Estudante. Inicialmente, desenvolvi estudos sobre a eficiência, satisfação e percepção dos alunos do Curso de Agronomia do Ifes *Campus* Santa Teresa por ser um Curso oferecido em tempo integral. Nesse contexto, senti-me estimulado a realizar estudos científicos para analisar a satisfação dos alunos, do referido Curso na Instituição onde trabalho. Tal motivação ocorreu em virtude da realidade vivida desde a implantação do Curso de Agronomia e das dificuldades encontradas em virtude das peculiaridades do Curso e da comunidade onde está inserido o *Campus*, ou seja, em uma zona rural. Essas necessidades do *Campus* me motivaram a iniciar os estudos de Mestrado na Universidade Rural do Rio de Janeiro.

Ao realizar o curso de Mestrado em Educação Agrícola, vivenciei experiências que subsidiarão na elaboração de alternativas capazes de dinamizar minha prática como gerenciador da Política de Assistência Estudantil, além de adquirir novos conhecimentos e informações para possibilitar melhor avaliação e redirecionamento das atividades

desenvolvidas no Programa de Assistência Estudantil. A realização deste estudo permitirá, ainda, buscar um melhor direcionamento das atividades, ampliando os horizontes dos profissionais que as desenvolvem junto à Política e aos Programas de Assistência e seus benefícios, para maior clareza acerca das necessidades dos alunos beneficiados, seja para viabilizar o acesso, bem como evitar a evasão e contribuir com a permanência e o desempenho acadêmico.

Cabe ressaltar que, o contexto sociocultural no Brasil tem demonstrado historicamente que a educação, apesar das intenções preconizadas, não tem sido um direito exercido por todos os brasileiros.

Sob tal perspectiva, Almeida (2000) indica que a crise estrutural do sistema educacional brasileiro não permite a universalização do ingresso na educação escolarizada, em razão das condições objetivas da luta pela sobrevivência, que obriga grande parte da população a optar pelo trabalho. Nesse contexto, a política educacional no Brasil mostra-se, atualmente, atravessada por um forte traço assistencial com programas focados nos diferentes segmentos das classes subalternizadas.

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização do ensino superior público e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar, apenas, no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. Para que o aluno possa se desenvolver em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições (ALMEIDA, 2005).

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), aprovado em 25 de junho de 2014, atendendo a uma reivindicação direta do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos

Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)¹ determinou a adoção de programas de assistência.

Igualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), Art. 1º, parágrafos 2º e Art. 3º, inciso XI, determinam que: “[...] a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (BRASIL, 1996).

A ausência de recursos para a manutenção de políticas que busquem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população, no ensino superior, faz com que esses estudantes, muitas vezes, desistam de seus cursos ou mesmo retardem sua conclusão. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) aponta as dificuldades socioeconômicas de parcela do segmento estudantil, estimada em 14%, como uma das causas externas de evasão e retenção.

No Plano Nacional de Educação (2014), o ser humano é visto como ser ativo, crítico, produtor e produto da cultura, da história e da sociedade em que vive. Para tanto é imprescindível seu acesso a uma escola que, além de formação ampla, desenvolva valores e atributos inerentes à cidadania. Tal escola se opõe àquela que vincula a educação a prerrogativas mercadológicas globalizantes, como intuito de formar indivíduos pretensamente consumidores e competitivos. Nessa dimensão, a escola se redefine como o espaço democrático de elaboração de valores, de tolerância e respeito às diferenças, de produção e disseminação de conhecimento e de convivência humana e social, cultural e política, levando sempre em consideração a realidade das relações sociais e de trabalho.

Portanto, essa visão concebe os indivíduos como sujeitos de direitos sociais, cuja formação tem por objetivo proporcionar graus sempre crescentes de cidadania e de emancipação. A escola tem a tarefa de organizar a cultura e a sociedade para superar as contradições nela existentes, formando agentes culturais mobilizadores que usam a educação

¹ O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) é órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Criado em 1987 com a finalidade de promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas e visando fortalecer as políticas de Assistência ao Estudante, o FONAPRACE objetiva: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES Públicas na perspectiva do direito social; proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na Instituição; assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; contribuir na melhoria do Sistema Universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades sócio econômicas.

como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania.

Sob tal perspectiva, a assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Ela transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem condições de saúde, acesso aos instrumentais didáticos pedagógicos necessários à formação de profissionais nas mais diferentes áreas do conhecimento, acompanhamento às necessidades educativas especiais, bem como, o provimento dos recursos mínimos a sua sobrevivência como: moradia, alimentação, vestuário, transporte e recursos financeiros.

Diante do exposto, questionamo-nos como vem se dando a Assistência Estudantil no Ifes *Campus* Santa Teresa, como vem sendo entendida e vivenciada pelos discentes do Curso de Agronomia do Ifes *Campus* Santa Teresa. Estão interpretando a Assistência Estudantil a partir do direito ou da mera concessão de benefícios?

Portanto, este estudo tem por objetivo geral investigar a percepção dos discentes beneficiados do Curso de Agronomia do IFES *Campus* Santa Teresa sobre a assistência estudantil no que se refere à permanência e ao desempenho acadêmico, a fim de analisar a funcionalidade da referida política no cenário educacional do curso. E por objetivos específicos: analisar como os programas da assistência estudantil têm atuado na trajetória acadêmica dos discentes do Curso de Agronomia do IFES *Campus* Santa Teresa; traçar o perfil socioeconômico dos discentes do curso de Agronomia ofertado pelo IFES *Campus* Santa Teresa; delinear os efeitos da assistência estudantil na vida acadêmica dos discentes do curso de Agronomia ofertado pelo IFES *Campus* Santa Teresa.

Nesse sentido, o presente trabalho se justifica pela necessidade e pela possibilidade de se discutir o compromisso social do IFES *Campus* Santa Teresa, a partir do estudo da Assistência Estudantil prestada aos discentes do Curso de Agronomia. Essa assistência objetiva prover a permanência desses no ensino superior público, oferecendo-lhes condições materiais e imateriais que garantam o seu processo de formação acadêmica e profissional. A delimitação do curso deve-se ao fato de que é um curso integral, o que dificulta aos discentes

terem uma fonte de renda e, por sermos membro da Comissão Gestora da Política de Assistência Estudantil no referido *campus*.

Por termos um conhecimento prévio da legislação que implanta e implementa a Assistência Estudantil, bem como, do processo de seleção de candidatos, propomos conhecer melhor tal política a partir de seus sujeitos de direito, para que assim possamos entender, analisar e discutir os desafios e as possibilidades que os programas proporcionam na vida acadêmica dos estudantes que recebem os benefícios e também daqueles que não a recebem.

É importante antever que a realização desse trabalho no IFES *Campus* Santa Teresa é de grande relevância, porque fornece pistas para se melhorar esse atendimento nessa instituição. Além disso, essa pesquisa a nível do Estado do Espírito Santo é inédita. Em pesquisa junto ao Banco de teses e dissertações da Capes (2015), encontramos somente quatro dissertações de mestrado que abordam essa temática, mas nenhuma no Estado do Espírito Santo. As dissertações encontradas foram as seguintes:

- “O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO DE ACESSO E PERMANÊNCIA À/NA UNIVERSIDADE: O CASO DA UFPB” é uma dissertação de mestrado acadêmico em serviço social de Suellem Dantas Mariz. Foi defendida no ano de 2012 na UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/ JOÃO PESSOA.
- “A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A CONTRARREFORMA UNIVERSITÁRIA: ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE MORADIA UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ UFC” é uma dissertação de mestrado acadêmico em educação de Mônica Josiane Coelho. Foi defendida no ano de 2012 na UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.
- “A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: AS PARTICULARIDADES DA POS-GRADUAÇÃO NA UFRN” é uma dissertação de mestrado acadêmico em serviço social de Maria Lucia da Silva. Foi defendida no ano de 2012 na UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.
- “A ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NAS IFES EM CONTEXTO BRASILEIRO: O PROGRAMA SAUDAVELMENTE DA PROCOM-UFG” é uma dissertação de mestrado acadêmico em serviço social de Lila de Fátima de Carvalho Ramos. Foi defendida no ano de 2012 na PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.

As dissertações elencadas anteriormente representam produções importantes para o cenário nacional por trazer à tona a assistência estudantil. No entanto, nenhuma delas foi desenvolvida no Espírito Santo e apenas uma delas fala sobre esses programas inseridos nas IES. Esses dados desvelam que os estudos sobre essa temática são incipientes, tendo em vista a importância desses programas para os sujeitos beneficiários. Nesse contexto, ressalta-se o ineditismo dessa pesquisa e a provável contribuição que representará para o cenário nacional e, principalmente, para o Estado do Espírito Santo.

Este trabalho também se legitima a partir dos dados e informações levantadas acerca da produção de conhecimento sobre a temática, pois ao propor a realização desta pesquisa, levantamos dados e informações que subsidiassem a produção de conhecimento nessa área específica. Para tanto, utilizamos, além de um levantamento bibliográfico a respeito da temática abordada, consultas em sites de universidades públicas e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que oferecem serviços de atenção aos estudantes. Sendo assim, foi possível evidenciar que esse é um tema pouco pesquisado apesar da importância que representa para os estudantes das escolas públicas de ensino superior no Brasil. No capítulo de revisão de literatura tratei com mais propriedade sobre os estudos levantados.

Esta pesquisa está organizada em sete capítulos assim distribuídos: no primeiro capítulo tratamos da revisão de literatura acerca da Política Nacional de Assistência Estudantil, no qual apontamos estudos que tratam da temática ou dela se aproximam para assim validarmos nosso estudo; no segundo capítulo trazemos à tona o histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo; no capítulo terceiro tratamos do cenário atual em que se situam as políticas nacionais de assistência estudantil, nas universidades e nos Ifes; no capítulo quarto, traçamos os objetivos da presente pesquisa; no quinto capítulo, o método utilizado para alcançar os objetivos desse estudo é abordado; no sexto capítulo indicamos como foi realizada a análise de dados; no capítulo sétimo, apresentamos os resultados obtidos nessa pesquisa e tecemos algumas discussões.

1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O QUE APONTAM OS ESTUDOS

A política de assistência estudantil na educação superior tem a finalidade de destinar recursos e mecanismos para que os alunos possam permanecer na universidade e concluir seus estudos de modo eficaz. Sendo assim, tais políticas devem se voltar não só para as questões de ordem econômica, como auxílio financeiro para que o indivíduo realize as atividades diárias na instituição, mas também de ordem pedagógicas e psicológicas, conforme previsto no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 - Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

A partir dessa perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo geral investigar a percepção dos discentes beneficiados do Curso de Agronomia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifes) *Campus* Santa Teresa sobre a assistência estudantil no que se refere a permanência e desempenho acadêmico, a fim de analisar a funcionalidade da referida política no cenário educacional do curso.

Para tanto, esta pesquisa se propõe a pesquisar uma das partes envolvidas neste processo: os alunos do Curso de Agronomia do (Ifes) *Campus* Santa Teresa. Sendo assim, iniciamos o estudo buscando trabalhos que abordassem a temática ou se aproximassem dela no intuito de perceber a relevância deste estudo para o contexto atual. Desta forma, empenhamos nas buscas no banco de teses da Capes, o que proporcionou identificar alguns trabalhos que abordam a temática.

Ao lançar os descritores “assistência estudantil, auxílio estudantil, PNAES, política estudantil e assistência estudantil nos Institutos Federal” foi possível identificar 96 (noventa e seis) teses/dissertações pertinentes à temática. Dentre as localizadas apresentaremos as que tratam diretamente da Política Nacional de Assistência Estudantil, bem como aquelas que apresentam uma aproximação maior com o tema: Menezes (2012); Fernandes (2012); Mariz (2012a); Kowalski (2012); Silveira (2012); Campos (2012); Silva (2012); Souza (2012); Pereira Junior (2012); Mariz (2012b); Abreu (2012); Coelho (2012); Martendal (2012); Palacio (2012).

Dos trabalhos que foi possível identificar, destacamos que grande parte deles tratou de estudos desde os movimentos sociais e políticos, visando à criação e implementação de

Programas de Assistência Estudantil com foco em criar condições para evitar a evasão escolar bem como propiciar condições dignas aos estudantes quando do início e permanência nas Universidades e nos Institutos Federais de Educação.

Neste sentido, informamos que a apresentação da revisão de literatura está disposta em três grupos assim distribuídos: o primeiro grupo trata da PNAES na Educação Superior com foco em Universidades Menezes (2012), Fernandes (2012), Mariz (2012), Campos (2012), Silva (2012), Souza (2012), Coelho (2012), Palacio (2012). No segundo grupo, trazemos Kowalski (2012) e Silveira (2012) com os estudos sobre a PNAES na dimensão como garantia de direitos em âmbito geral. Para o terceiro grupo inserimos os estudos da PNAES com foco na Rede Federal de Educação Profissional: Pereira Junior (2012); Abreu (2012) e Martendal (2012).

Iniciamos pelo trabalho realizado por Menezes (2012), que abordou a assistência Estudantil na Educação Superior Pública em uma Instituição Federal de Ensino Superior – a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Fundamentado pelo entendimento de que a assistência estudantil é um importante instrumento para a efetivação do direito à educação superior pública, gratuita e de qualidade e que a democratização do acesso, por si só, não garante tal efetivação, especialmente quando se refere a determinado segmento de estudantes.

De acordo com a autora, a atual política que visa a reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior, conduziu a assistência estudantil para uma nova dimensão, ampliando suas ações e definindo, de forma mais efetiva, sua prioridade para estudantes cuja condição socioeconômica muitas vezes impede a permanência na universidade. A pesquisa desenvolvida teve como objetivo identificar de que forma a bolsa de assistência estudantil contribuiu para permanência do aluno bolsista da UFRJ.

Para isso foram realizadas entrevistas semiestruturadas com estudantes selecionados para uma das modalidades de bolsas de assistência estudantil. O estudo teve ainda a intenção de oferecer subsídios para que o auxílio oportunizado pelo programa de bolsas de assistência estudantil implementado pela UFRJ estivesse alinhado às necessidades dos alunos e pudesse alcançar os objetivos preconizados pela assistência estudantil - permanência e conclusão de curso com bom aproveitamento acadêmico.

Outro estudo tomado foi o de Fernandes (2012), que investigou a Política de Assistência Estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil, buscando analisar a política de assistência estudantil e sua materialização (abrangência e efetividade) na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), antes e depois do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Para tanto, delineou uma investigação em torno do programa de assistência estudantil da Universidade Federal de Itajubá em Minas Gerais, tomando-a enquanto campo de pesquisa. De acordo com o referido autor, essa política é capaz de promover alguma redução da desigualdade social a partir da garantia da permanência do aluno no Ensino Superior Público Federal.

Buscando apreender a assistência estudantil, Fernandes (2012) objetivou compreender o processo histórico pelo qual o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) se consolidou e constatou que o PNAES é consequência de um longo processo de lutas dos movimentos sociais e estudantis. Para tanto, Fernandes (2012) utilizou levantamento de dados sobre a assistência estudantil, entrevistas junto aos gestores, aplicação de questionários junto aos alunos.

Ainda sobre o PNAES, o trabalho de Mariz (2012) investigou sua contribuição para a efetivação de direito de acesso e permanência à/na universidade, com o objetivo de analisar quais os desdobramentos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na assistência ao estudante da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), identificando avanços e/ou retrocessos para a efetivação de direitos. Mariz (2012) optou pelo método dialético para guiar o processo de investigação e de análise, considerando o objeto de estudo proposto e consideramos ser pertinente a pesquisa bibliográfica e documental para a realização do estudo. Constatou que no Brasil a Política de Assistência Estudantil vem sendo operacionalizada como as demais políticas sociais, com fortes rebatimentos do ideário neoliberal e da contrarreforma do Estado – esta última se realizou também nos moldes neoliberais – que trazem no seu bojo críticas em relação à concepção e modelo de execução dos direitos sociais. E trazem, conseqüentemente, um novo modo de gestão estatal, no qual os direitos sociais não devem ser de responsabilidade do Estado, mas da sociedade civil.

De acordo com Mariz (2012), apesar da implantação do PNAES, ainda não é possível visualizar transformações significativas na assistência estudantil da UFPB. As condições de

funcionamento dos programas de assistência ainda são bastante precárias e se restringem às questões básicas, moradia e alimentação. Sendo assim, o referido autor considera ser uma tarefa bastante complexa garantir a operacionalização da Política de Assistência Estudantil na perspectiva de efetivação de direitos. E o grande desafio é justamente transpor os sérios limites que permeiam essa política, os quais são e ainda serão fonte de muitos enfrentamentos no nosso dia-a-dia profissional, na luta pela possibilidade concreta de consolidar e ampliar os direitos dos estudantes e, conseqüentemente, a política de educação superior.

O estudo de Campos (2012) verificou a assistência estudantil na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), e propôs reconstruir a trajetória da assistência estudantil na UFMG, no período de 1970 a 2010. Com uma estrutura técnico-administrativa específica para o fim, a UFMT assiste com programas de bolsas, alimentação e moradia aos universitários, em especial os vulneráveis socioeconomicamente.

De acordo com Campos (2012), apesar de permear toda a vida da instituição, a assistência ao estudante é um campo de estudo pouco explorado, por isso a importância de reconstruir sua trajetória. Para o desenvolvimento do estudo, recorreu-se às fontes documentais e orais. Os relatórios de gestão, normativas, resoluções, matérias de jornais e informativos coletados nos acervos da instituição constituíram-se em fontes documentais, também.

Campos (2012) traz que as entrevistas realizadas com pessoas que estiveram à frente do setor responsável pelas ações e programas de apoio ao estudante nas diferentes gestões da Administração Superior compõem as fontes orais. As entrevistas tiveram por finalidade complementar as informações coletadas por meio da documentação analisada. Por meio dos documentos, pôde-se constatar que programas de bolsas e estágios são implementados na instituição desde 1972.

O estudo demonstrou que, a princípio, as ações de assistência se limitavam às bolsas remuneradas e isenções de taxas intrainstitucionais. Posteriormente, foram criados o Restaurante Universitário, a Casa do Estudante Universitário, os programas de auxílio à alimentação, à participação em eventos, dentre outros, para dar suporte à vivência acadêmica e à conclusão do curso universitário. Com a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2008, foram ampliadas as possibilidades de execução

dos programas em decorrência da disponibilização de recursos do Ministério da Educação para este fim dentro das Instituições Federais de Educação Superior.

Silva (2012) investigou a Política de Assistência Estudantil no contexto de expansão do Ensino Superior e apresentou, como unidade de análise, as particularidades da pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O estudo desenvolvido pela autora teve como objetivo principal apreender e analisar as condições de permanência disponibilizadas pela UFRN aos discentes de pós-graduação no contexto de expansão do Ensino Superior.

O percurso teórico-metodológico de análise adotado na pesquisa foi fundamentado numa perspectiva crítica do objeto de estudo a partir de uma concepção de totalidade, que pressupõe apreender as determinações socioeconômicas e políticas que incidem sobre a política de ensino superior e as condições de vida dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS). As análises fundamentaram-se em pesquisa bibliográfica como base teórico-metodológica da investigação, articulada com reflexões que resultaram dos dados empíricos da pesquisa de campo na perspectiva de apreensão do objeto em sua densidade histórica e num quadro de múltiplas determinações.

Os sujeitos do estudo foram 26 discentes e foi realizada análise documental referente a leis e documentos da política educacional em nível federal e dos organismos internacionais. Os resultados, segundo o autor supracitado, evidenciaram que, face ao discurso da democratização do ensino superior, há uma contradição que se exprime pela ampliação desse acesso e as condições de apoio a permanência aos estudantes oriundos da classe trabalhadora nas Instituições de Ensino Superior Federal (IFES) garantidas em lei em contraposição à capacidade do Estado para assegurar esse direito, num contexto de agravamento das condições de vida da população.

O estudo supracitado apontou ainda que a luta por ampliação do acesso à universidade está na agenda dos movimentos sociais no âmbito da educação. No entanto, na conjuntura dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2012) a tendência tem sido seguir as orientações dos organismos internacionais e promover expansão de vagas sem assegurar estratégias de permanência compatíveis com as exigências de excelência acadêmica postas, por exemplo, na pós-graduação. De acordo com o estudo, os

discentes entrevistados acessaram o ensino superior e os cursos de pós-graduação e vivenciaram travessias diárias para atender com qualidade às exigências acadêmicas em face de suas condições materiais de vida e de trabalho e dos limites da política de assistência estudantil que tem um perfil de programas e ações localizadas, ainda não se configurando como uma política real de assistência estudantil, notadamente em termos da pós-graduação.

Souza (2012) investigou a política de educação superior no Brasil e os programas de permanência implementados pelas universidades públicas, em específico a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no período de 2003 a 2010, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Os resultados encontrados permitem afirmar que no governo de Luiz Inácio Lula da Silva foram implementados programas de educação superior para possibilitar a permanência dos estudantes nesse nível de ensino, como por exemplo, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que amplia o acesso e a permanência na educação superior; o Programa (INCLUIR) que propõe ações que garantam o acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Educação Superior, e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), nosso principal foco de estudo, que, por meio da entrevista realizada com estudantes que utilizaram os recursos oriundos do PNAES, foi possível perceber sua importância como programa de permanência e, as barreiras relatadas por eles, são recorrentemente percebidas como desafios e até mesmo estímulos, sendo o Programa um marco para a Educação Superior e para a vida desses acadêmicos. Portanto, o estudo demonstrou que a permanência na IES pública não se restringe à matrícula, mas às condições econômicas para arcar com as despesas mínimas exigidas para cursar a educação superior, não basta garantir o acesso, é necessário propiciar também a permanência.

Em seu estudo, Coelho (2012) analisou o programa de moradia universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC), como parte da política de assistência estudantil, inserindo-a no processo de contrarreforma da Educação Superior e teve como objetivo central compreender a relevância desse programa na trajetória da assistência estudantil como direito social adquirido, observando a relação entre as necessidades reais dos estudantes e os serviços oferecidos pelo Estado.

Para alcançar este objetivo, Coelho (2012) partiu da análise da crise mundial do

capital e das implicações para o ajuste estrutural do Estado, que avança desde os anos 1990 no Brasil, onde se presencia uma crescente negação de direitos à classe trabalhadora, além da constante privatização da educação, especialmente da educação superior. Em seguida, analisa, de modo mais específico, a política de assistência estudantil na Universidade Federal do Ceará, examinando, especialmente, o Programa de Moradia Universitária da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Fundamentada no materialismo histórico-dialético, a pesquisa, além de teórica e documental, envolveu a aplicação de questionários com 111 estudantes moradores nas residências universitárias, no primeiro semestre de 2012.

De acordo com Coelho (2012), os estudos desenvolvidos apontaram que a sistematização de uma política nacional de assistência estudantil ocorreu muito tardiamente no País e atestam a importância da luta organizada dos estudantes. Além de ressaltar as limitações da política de assistência ante as necessidades dos estudantes, o autor defende que é urgente a ampliação e fortalecimento da referida política em face do crescente empobrecimento da classe trabalhadora. Tal análise nos permite pôr em foco a promessa da democratização do acesso à educação superior pela suposta “mobilidade” permitida pelo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e Sistema Único de Seleção Unificada (SISU).

O estudo de Palácio (2012) sobre políticas de acesso e permanência do estudante constatou que as políticas de acesso e permanência do estudante ao nível superior no Brasil avançaram, principalmente nos últimos anos. Na Universidade Federal do Ceará (UFC), a busca por melhorar as condições de acesso e permanência se efetiva ano a ano, por meio de ações que visam fixar o aluno no curso, de modo geral, e, especialmente, aos egressos da escola pública, cujas deficiências de conteúdo, autoestima e de ordem financeira minimizam as possibilidades de conclusão nos cursos em que se matriculam.

Por meio de estudo de caso e tomando por base a pesquisa do tipo explicativa, as informações foram coletadas nos documentos e no banco de dados da Instituição. Segundo Palácio (2012), os dados revelaram que a UFC desenvolveu inúmeras ações no sentido de possibilitar o acesso e permanência do estudante na Instituição, tais como: O Programa Ajuda de Custo, que estimulou a participação discente em eventos acadêmicos, artístico culturais e esportivos; os Programas de Auxílio Moradia e de Residência Universitária que contribuem

na estadia dos alunos do interior do Ceará ou de outros estados, na condição de carentes; o programa de incentivo ao desporto – com bolsa remunerada - estimulou aos estudantes treinamento esportivo, profissional ou semiprofissional; o estudante é acompanhado pelo programa de Apoio Pedagógico e/ou Psicológico ao Estudante, de acordo com sua necessidade, quando reconhecida por ele próprio e, a vontade de querer mudar por si mesmo aceitando ajuda de profissionais capacitados; disponibiliza assistência médica / odontológica; o Programa Restaurante Universitário oferece refeições a custo acessível. O estudo demonstrou ainda que, nos últimos anos a UFC, expandiu o número de vagas, e o total de cursos; interiorizou-se e forneceu mais vagas no turno da noite, atendendo às metas do REUNI direcionadas ao acesso.

Palacio (2012) destaca que, no referido estudo, há predominância das políticas públicas voltadas à permanência do estudante, mas isto é justificável, haja vista o fato de que a atuação de uma IES em políticas públicas voltadas ao acesso é limitada, considerando que a Universidade não tem controle qualitativo sobre a educação básica desta demanda. Ainda no que diz respeito ao acesso, em decorrência de transformações atuais sobre a política de cotas, já em prática em algumas Universidades Federais, em 2012, foi juridicamente considerada constitucional; porém, verificou-se que na UFC, políticas de cotas baseadas nos critérios étnicos, ou na situação socioeconômica, ou para o aluno proveniente de escola pública, seriam desnecessárias; mas política de cotas associada ao perfil socioeconômico do aluno egresso da escola pública é relevante.

Pereira Junior (2012) investigou a assistência estudantil tendo por objetivo examinar o processo de implantação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). De acordo com o estudo, a implantação do PNAES nos Institutos Federais se depara, contudo, com uma série de questões que interferem no desenho local do programa, dentre elas: a estrutura disponível para promover a assistência estudantil; o perfil do corpo docente; as concepções sobre assistência estudantil e as prioridades da gestão de cada instituto. Para abordar a questão, foi realizada uma pesquisa de campo, envolvendo levantamento documental sobre o programa (legislação, planos e relatórios) e realização de entrevistas com gestores e profissionais diretamente vinculados à implantação do PNAES no IFSULDEMINAS.

Os resultados encontrados foram analisados com base nos seguintes eixos: (a) concepções sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil; (b) critérios e formas de seleção; (c) cardápio de ações e benefícios ofertados pelo PNAES no IFSULDEMINAS; (d) perfil dos estudantes beneficiados; (e) demandas para assistência estudantil no IFSULDEMINAS e (f) avaliação e perspectivas.

No estudo de Abreu (2012), o objetivo foi verificar a assistência ao estudante diante da expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão na medida em que é possível perceber que as transformações econômicas e sociais contemporâneas provocam mudanças no mundo do trabalho, estabelecendo novas demandas para a Política de Educação Profissional e Tecnológica.

Uma dessas mudanças, de acordo com Abreu (2012), é o Plano de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica que se fundamenta no princípio da inclusão social e se consolida por meio da criação dos Institutos Federais de Educação. O processo avaliativo busca referências empíricas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - *Campus* Monte Castelo, e centra sua análise nas condições de acesso e no alcance das ações da Política de Assistência ao Estudante, assim como na dinâmica dos serviços oferecidos e em alguns produtos dessas ações. As categorias que fundamentam a análise são: educação profissional, inclusão social e assistência estudantil. O referido autor considerou que o processo de implementação do PNAES no IFMA/Monte Castelo tem promovido a ampliação das ações referentes à assistência estudantil.

O estudo demonstrou que os critérios e instrumentos utilizados no *Campus* Monte Castelo estão de acordo com os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, entretanto, a ampliação das ações ainda não atende toda a demanda existente e considerou que as condições objetivas para realização das ações são determinantes do seu êxito. Assim, apesar de alguns avanços significativos em termos de resultados, a avaliação apontou que problemas de ordem infraestrutural estão comprometendo a condução dessa política no *Campus* Monte Castelo.

O trabalho de Martendal (2012) teve como foco a análise do Programa de Atendimento aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Social (PAEVS), um dos programas que compõe a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, tendo sido a prioridade da Instituição nos dois últimos anos. Abordou o período de 2011 e início de 2012 e teve, como informante privilegiado, os alunos atendidos pelo mesmo. A pesquisa exploratória, de natureza quantitativa, teve como suporte teórico a perspectiva crítico-dialética, que possibilitou uma leitura totalizante e problematizadora da realidade.

Martendal (2012) levou em consideração as transformações societárias recentes, com reflexos no papel do Estado e seus rebatimentos junto às políticas públicas educacionais, mais especificamente à educação profissional, científica e tecnológica. A avaliação participativa, proposta no trabalho, deu-se por meio da aplicação de questionário (e posterior análise de conteúdo), bem como por meio da realização de grupos de discussão, a fim de um olhar ampliado sobre os avanços do Programa, os retrocessos e as possibilidades futuras. Dessa forma, a avaliação se configurou num importante instrumento que almeja a transparência das ações, os ajustes necessários ao longo do processo e a alocação apropriada dos recursos públicos.

Os resultados, bastante elucidativos, apontam que a amplitude da cobertura do PAEVS é insuficiente, ou seja, existe um público que não está sendo atendido; o número de profissionais envolvidos não consegue ampliar as possibilidades de intervenção junto aos alunos, o que implica em uma série de consequências, como o desconhecimento acerca dos critérios de ingresso e permanência no Programa. Além disso, evidencia alguns aspectos críticos referentes à gestão do Programa, à execução financeira e ao seu controle social.

Adensando a discussão, trazemos Kowalski (2012) e seu estudo “Os (Des) Caminhos da Política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos”, que estudou o tema a Política de Assistência Estudantil e a efetivação de direitos para os alunos que ingressam nas instituições federais de ensino superior do Rio Grande do Sul. A pesquisa, de cunho qualitativo, com apoio em dados quantitativos, fundamentou-se no materialismo histórico e dialético, e os referenciais teóricos se originam das áreas da Educação, do Serviço Social e das Ciências Sociais.

A pesquisa visou investigar de que modo a política educacional de assistência estudantil se efetiva na garantia de direitos aos alunos que ingressam nessas instituições. Como fontes de estudo, foram utilizados grupos focais com técnicos-administrativos em

educação, gestores e alunos da Universidade Federal de Santa Maria e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além de análises em documentos institucionais, como resoluções, legislações, relatórios de gestão, tabelas de orçamentos e históricos institucionais.

Para análise dos dados obtidos foi utilizada a análise de conteúdo, tendo como base os dados quanti-qualitativos obtidos nas Universidades Federais e nos grupos focais. Os resultados, segundo Kowalski (2012), permitem identificar que as medidas políticas adotadas pelos governantes nas últimas décadas incidem a contrarreforma universitária, que rebate na retração das políticas de educação superior para que se tornem mais diversificadas, flexíveis e competitivas com a contenção dos gastos, conforme as tendências do mercado.

Ainda segundo o autor, a assistência estudantil, como parte desse contexto, materializa-se como uma política sob a constituição de três fases distintas, as quais agregam vicissitudes históricas e políticas, advindas do processo de expansão acelerado e redemocratização do ensino superior público no Brasil. Os limites estão nos condicionamentos à equalização dos Direitos Humanos à educação que, em tempos de valorização de políticas neoliberais e da hegemonia dos mercados, associam a assistência estudantil à lógica de serviço e não de direito.

O estudo indicou ainda que as possibilidades e os limites relacionados à garantia de direitos aos alunos nas Instituições Federais de Ensino Superior revelam uma dinâmica entre o caminho e o descaminho na formalização da assistência estudantil no país, em que se possam ser desocultadas as tutelas assistencialistas do Estado, a lógica do mercado que incide na formatação dos programas e naturalização da questão social que, por meio da concessão de benefícios socioeconômicos na forma de bolsas, faz com que perdue a concepção de efetivação e garantia de direitos.

O estudo de Silveira (2012), “A Assistência Estudantil no Ensino Superior”, com o objetivo de conhecer e refletir sobre as ações da assistência estudantil, trouxe uma pesquisa realizada por meio de consulta nos sites das quatorze instituições federais criadas ou federalizadas durante o período de 2003 a 2010, identificando os serviços, projetos e programas existentes no que se refere à linha temática da Permanência.

Os resultados da pesquisa indicaram que a grande maioria das universidades possuem

ações neste sentido, prevalecendo programas que ofertam bolsas ou auxílios financeiros para subsidiar os gastos com moradia, alimentação e transporte. No entanto, são poucas as instituições que já possuem residências universitárias, e o restaurante universitário ainda não é uma realidade em todas as universidades. No que se refere a ações de saúde mental e física, assim como o acompanhamento de alunos com deficiência, o estudo demonstrou poucas ações. O trabalho abordou, ainda, a questão dos direitos sociais, da política pública de educação, em geral, e da educação superior, enfocando a questão das políticas de acesso ao ensino superior hoje, também trouxe para a discussão e reflexão o trabalho que vem sendo realizado pelos assistentes sociais junto à política de educação.

Os estudos mencionados nessa revisão de literatura foram tomados a partir de sua contribuição para nosso tema de estudo. Nesse sentido, destacamos que os estudos do grupo um colaboraram com o nosso trabalho por abordarem o PNAES na Educação Superior com foco em Universidades específicas os quais apresentam sua trajetória bem como seu desenvolvimento e aplicabilidade mediante aos recursos financeiros disponíveis e sua abrangência junto aos Discentes; os estudos do grupo dois por tratarem de PNAES no âmbito dos institutos federais e nos aspectos em que sua extensão só foi definida aos recém-criados Institutos Federais no ano de 2010, gerando necessidade de estruturas de ordem administrativa desenvolvendo ações e mecanismo, visando a implementação da política e os estudos do grupo três por apontarem reflexões sobre as políticas de acesso e permanência dos estudantes de nível Superior no Brasil seus avanços, principalmente nos últimos anos, no entanto ainda, é necessário continuar investigando os reais motivos pelos quais a evasão ainda ocorre.

Nesse sentido, a partir da busca pelas bases teóricas da política nacional de Assistência Estudantil foi possível constatar que, apesar dos diversos pesquisadores que estudam e trabalham com essa temática, ainda são poucos os trabalhos que a abordam na perspectiva de implantação nos Institutos Federais de Educação, mais especificamente no Instituto Federal do Espírito Santo.

Portanto, nosso estudo justificou-se pelo ineditismo presente no contexto do Espírito Santo, bem como pelos dados apresentados nos referidos estudos que apontam a necessidade

de se debruçar para ampliar os estudos acerca da temática com o intuito de analisar e identificar a eficiência e eficácia de tal política.

2 BREVE HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

O ensino técnico profissionalizante foi criado no Brasil com o intuito de atender às classes de baixa renda, por meio da capacitação de jovens órfãos e “demais desvalidos da sorte” para o desenvolvimento de pequenas funções, seja na indústria ou na produção agrícola, num país que começava a estruturar-se enquanto nação soberana. No início do século XX, o então Presidente do Brasil, Nilo Peçanha, assinou, em 23 de setembro de 1909, o Decreto Nº 7.566, criando inicialmente em algumas unidades federativas, as Escolas de Aprendizizes Artífices (SIQUEIRA, 1987).

O Brasil, nesta época ainda eminentemente agrícola, tentava alavancar sua economia utilizando “mão-de-obra” oriunda dos negros, recentemente libertados da escravidão pela assinatura da Lei Áurea (em 1888), dos imigrantes europeus (que já aportavam nas principais capitais do país como alternativa ao enfraquecimento do processo escravagista) e demais atores de castas “dominadas” da sociedade. Toda esta massa de trabalhadores não possuía qualificação profissional para atuar em diversas áreas do “mundo do trabalho”.

Já em 1910, o presidente Nilo Peçanha promove a primeira modificação no ensino agrícola da nova república, por meio do Decreto 8.319, de 20 de outubro, criando novos cursos, graus de ensino e trazendo a proposta de vinculação de uma fazenda experimental às escolas de nível médio e superior. Foi nesta época que surgiram a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós (ESALQ) em Piracicaba (SP) e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV - atualmente Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ), que iniciaram cursos para a formação da classe dirigente do campo brasileiro (SIQUEIRA, 1987).

A preocupação em formar sujeitos que iriam atuar na agricultura brasileira não se deu apenas no âmbito de uma elite agrária. Para as novas demandas produtivas haveria, também, a necessidade de formação de trabalhadores rurais e de agentes intermediários (técnicos que

supervisionariam e controlariam a produção). Dessa forma, em 1918, são criados, os patronatos agrícolas, como nos aponta Siqueira (1987):

[...] que tinham por objetivo principal o aproveitamento de menores abandonados ou sem meio de subsistência, aos quais seriam dados o curso primário e o profissional. Porém, a criação destes patronatos encontra-se intimamente ligada ao regime de colonato, já que no decreto de sua criação (Dec. 12.893 de 20/02/1918) estava prevista “a posse de um lote de terras, em determinado núcleo colonial, livre de despesas e mais a quantia de duzentos mil réis” para os alunos que concluíssem o curso profissional com aproveitamento. Assim sendo, o ensino agrícola cumpria algumas funções importantes, como a de fornecer mão-de-obra especializada e barata para os grandes fazendeiros; a de aumentar a oferta de gêneros de alimentação básica; a de evitar a migração do campo para a cidade e a de servir como um meio correccional para seus alunos internos, que executavam serviços no campo, como castigo, dentro de uma linha rígida de conduta (SIQUEIRA, 1987, p.29).

É necessário ressaltar que era importante, para a classe dominante do setor de produção agrário, que a população tivesse educação adequada para trabalhar com a agricultura. Nesse contexto Mendonça (1993) destaca:

agir sobre a população ignorante, ministrando-lhe conhecimentos práticos a respeito do trato com a agricultura, capazes de produzirem um trabalhador tido por adequado aos padrões de eficiência definida na conjuntura pós-abolicionista, eis o sentido mais amplo da chamada instrução elementar agrícola no período. Voltada para a construção de uma “ética do trabalho” regeneradora e disciplinadora de homens inferiores, elas distanciavam-se em muito do movimento engrossado por inúmeras organizações da época, que pregavam a promoção do ensino primário junto à massa analfabeta como elemento promotor da democracia, culminando no “otimismo pedagógico” da década de 1920. (MENDONÇA, 1993, p. 41, utilizando-se em grande medida de NAGLE, 1976).

Surgem, então, as Escolas Práticas de Agricultura (EPAs), com o objetivo de ministrar dois cursos práticos e intensivos, com um ano de duração, a trabalhadores rurais: Administrador de Fazenda e Prático Rural. Foi sob esta perspectiva que, em 1940, fundou-se a EPA de Santa Teresa, por meio do Decreto-Lei nº 12.147, de 06 de setembro, sancionado pelo Interventor Federal no Estado do Espírito Santo, João Punaro Bley.

Em 10 de março de 1948, por força do Convênio firmado entre a União e o Estado, a Escola passou para a supervisão da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário - SEAV - do Ministério da Agricultura, com o objetivo de ministrar os cursos previstos na Lei Orgânica do Ensino Agrícola - Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, recebendo a denominação de ESCOLA AGROTÉCNICA DO ESPÍRITO SANTO, nome que perdurou até 1956. Neste ano, face à renovação do Convênio supracitado, passou a chamar-se de ESCOLA AGROTÉCNICA DE SANTA TERESA.

O nome COLÉGIO AGRÍCOLA DE SANTA TERESA (CAST), foi atribuído pelo Decreto nº 53.588, de 13 de fevereiro de 1964. Posteriormente, surgiu a denominação ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SANTA TERESA-ES (EAFST), sendo este estabelecido pelo Decreto nº 83.935, de 4 de setembro de 1979, publicado no D.O.U., de 05/09/79. Na década de 1990, a EAFST foi transformada em autarquia por meio da Lei Nº. 8.731, de 16/11/1993, publicada no D.O.U. de 17/11/1993, vinculada à Secretaria de Educação Média e Tecnológica (MEC/SEMTEC).

A partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a EAFST foi incorporada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), juntamente com as Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre e de Colatina (EAFA e EAFCOL, respectivamente) e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFETES), com suas Unidades Descentralizadas.

Nos primeiros anos, isto é, de 1948 a 1951, implantou os cursos de Iniciação Agrícola e de Mestría Agrícola. A partir de 1952, passou a ministrar, juntamente com os mencionados cursos, o de Técnico em Agricultura, que, posteriormente, teve sua denominação alterada para Técnico Agrícola. Em 1976, este Curso passou a diplomar Técnico em Agropecuária, perdurando até 1994. De 1995 até 2003, passou a diplomar Técnico Agrícola com Habilitação em Agropecuária. A partir do segundo semestre de 2003 a denominação do curso passou para Técnico em Agropecuária com Habilitação em Agricultura, Agroindústria, Agropecuária e Zootecnia. Em 1994 a Escola passou a ministrar também o curso de Especialização Técnica em Zootecnia e a partir de 1997, o curso de Especialização Técnica em Olericultura e Jardinagem e o Curso Técnico em Agroturismo, que duraram até 2004.

Atualmente tem-se a oferta de Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Agropecuária e ao Curso Técnico em Meio Ambiente, Educação Profissional de Jovens e Adultos em nível médio integrado ao Curso Técnico em Agroindústria. Também há a oferta de curso subsequente Técnico em Meio Ambiente e Cursos Superiores nas áreas de Engenharia Agrônômica (Agronomia), Licenciatura em Ciências Biológicas e Curso Superior de Tecnologia em Análise de Sistemas.

O Curso de Agronomia foi idealizado em virtude das características da antiga Escola Agrotécnica em sua trajetória voltada desde sua criação junto a área da Agricultura focada na real necessidade da região buscando desenvolver tecnologia no Estado do Espírito Santo,

mediante pesquisa de demanda na região, autorizado por meio da Resolução N°05/2010, do Conselho Superior do Ifes, datada de 29 de março de 2013, resolve, “autorizar a oferta do curso de Agronomia do *Campus* Santa Teresa com entrada anual e oferta inicial de 40(quarenta) vagas para o semestre 2010/1”.

3 CONTEXTUALIZANDO O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Política de Assistência Estudantil constitui uma política social que, no transcorrer de sua história no Brasil, sofreu uma série de transformações. Estas ora restringem o direito à assistência estudantil ora propiciam a expansão da mesma em consonância com o momento histórico, econômico, social e de lutas políticas travadas pela sociedade no transcorrer dos processos históricos (VIEIRA, 1992).

Por meio das leituras realizadas em documentos/legislações no que se refere à política Nacional de Assistência Estudantil, podemos destacar alguns marcos históricos no seu processo de construção no Brasil. Um dos primeiros destaques é a década de 1930 na qual as lutas e mobilizações sociais no governo de Getúlio Vargas, por meio da Reforma Francisco Campos proporcionaram a institucionalização da assistência estudantil em termos de marco legal pelo Estado, com a aprovação do Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931, que mesmo não sendo universal, constituiu-se como a primeira política social voltada para assistência estudantil (ARANTES *et al.*, 2011). Na mesma década, em 1934 foi promulgada a Constituição Brasileira em que há uma menção da necessidade do Estado destinar recursos para aplicar no fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar e dentária (BRASIL, 1934).

Na década de 1940, o Brasil voltou a vivenciar o regime democrático e o desenvolvimento dos movimentos sociais, e em decorrência de pressões da sociedade civil organizada a constituição de 1946 estabelece a obrigatoriedade da assistência estudantil: “[...] cada sistema de ensino terá obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar [...]” (BRASIL, 1946, p.47).

A aprovação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), sob a influência dos pioneiros da Escola Nova, traz consigo a assistência estudantil como aspecto de gratuidade escolar (BARBOSA, 2009).

Outro ponto de destaque é a criação de departamento específico para executar e planejar ações de Assistência ao Estudante, com atendimento aos estudantes de nível universitário, priorizando os programas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica, vivenciado durante a década de 70, mas que foi extinto nos governos militares seguintes (BARBOSA, 2009). Ao final da década de 1970, o Brasil vivenciava um processo de agitação política com a movimentação da sociedade civil a partir da qual despontavam diversos movimentos sociais e entidades em variados âmbitos da vida social (GERSCHMAN, 2004).

Com a promulgação da Constituição de 1988, fruto da emergência dos Movimentos Sociais que buscavam a abertura política e a garantia de direitos sociais, dentre eles a educação, foi apontado como princípio a redemocratização do país e, como diretriz a universalização de direitos, representando um marco na definição de uma série de novos direitos e avanços na direção da promoção da cidadania, com destaque para o capítulo da Ordem Social que declara o direito à assistência social e à educação. Especificamente sobre a educação, a Constituição Federal aponta como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, como definido em seu art. 205: [...] A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 40).

Em meio à opressão do sistema político da época, surgem duas grandes frentes políticas de discussões sobre as questões educacionais, em especial sobre questões relativas à assistência estudantil, que foram, em 1987 o FONAPRACE-Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e a ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Esses dois segmentos educacionais defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior com objetivo de garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, contribuindo e prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão escolar

decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos de baixa renda (ARANTES *et al.*, 2011).

Na década de 1990, a aprovação da Lei nº 9.394/96, de 23 de dezembro de 1996 reitera a educação como um dos pilares básicos na formação do indivíduo e de sua cidadania, pautada na universalização do atendimento e baseada nos princípios de democratização do acesso, permanência, gestão e qualidade social. Sob tal perspectiva, percebemos que, a partir de 1989, ocorrem modificações nas relações entre o Estado e a sociedade civil, segundo as diretrizes neoliberais que recomendam uma ampla Reforma do Estado, que são refletidas na focalização e fragilização das políticas sociais, em oposição ao acesso universal e aos direitos sociais preconizados na Constituição Federal de 1988 (IAMAMOTO, 2004).

Mesmo sem a destinação de recursos específicos, conforme nos aponta a União Nacional dos Estudantes “[...] O MEC, em 1997, suprimiu do orçamento da união a rubrica de verbas para tais programas, considerando-os um ônus desnecessário ao funcionamento das universidades” (2004, p. 05), as Instituições Federais de Ensino utilizaram recursos próprios oriundos de fontes diversas para manutenção dos programas de assistência estudantil. Esses recursos destinados pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foram de grande eficácia no combate à evasão, na melhoria do desempenho dos estudantes com dificuldades econômicas, que compõem parcela significativa do quadro discente das mesmas (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2004).

No Governo Lula, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, através da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, para as Universidades Federais, sendo este reafirmado por meio do Decreto nº 7.234, de 10 de julho de 2010.

Esse documento representa um marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil. Esta é uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que tem como objetivo atender aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, das IFES, visando promover o apoio à permanência e conclusão de curso dos alunos de baixa condição socioeconômica. O programa estabelece as ações de assistência estudantil em seu Parágrafo único do Art. 2º:

Parágrafo único. Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico.

As ações de assistência estudantil sugeridas pelo PNAES devem ter como prioridade fundamental viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, além de agir, preventivamente, para minimizar as situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

A partir dessa contextualização histórica, trataremos no item seguinte da política nacional de assistência estudantil colocando em foco sua implantação e implementação nas Universidades Federais e em seguida nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

3.1 Breve histórico da Política Nacional de Assistência Estudantil: em foco as Universidades Federais

No ensino superior, há registros de que desde a formação das primeiras universidades, já existiam algumas ações de assistência estudantil por meio de casas de estudantes, programas de bolsas, descontos ou isenção nos Restaurantes Universitários, entre outros (SILVEIRA, 2012).

No ano de 1988, como já mencionamos, com a aprovação da Constituição Federal, os direitos sociais são regulamentados no artigo 6º, e a educação como parte destes, é entendida como um direito de todos e dever do Estado de provê-la. Na mesma época, registra-se a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), importante grupo de fortalecimento, reivindicação e consolidação de políticas de assistência estudantil nas universidades. Com a Lei de Diretrizes e Bases, aprovada em 1996, é reafirmada a assistência estudantil como ação indispensável para garantia do acesso e permanência de jovens oriundos de famílias empobrecidas (SILVEIRA, 2012).

O grupo do FONAPRACE construiu importantes documentos sobre o assunto e realizou pesquisas nacionais para conhecer o perfil dos estudantes das IFES. A partir dos resultados dessas pesquisas e da percepção sobre a importância de se ter políticas de

assistência estudantil nas universidades, que realmente garantam ao estudante condições de permanecer e concluir o curso, foi elaborado um Plano Nacional De Assistência Estudantil, no ano de 2007, o qual teve como objetivo apresentar diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos de assistência estudantil.

No mesmo ano, o Ministério da Educação aprovou a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, para as Universidades Federais, sendo este reafirmado por meio do Decreto nº 7.234, de 10 de julho de 2010.

Em 2007, o FONAPRACE, juntamente com a ANDIFES, apresentou um Plano de Assistência Estudantil, com o objetivo de apresentar diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos de assistência estudantil. Na introdução do Plano consta que não é possível efetivar apenas o acesso à educação superior gratuita, torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (BRASIL, 2007), conforme explicitado a seguir:

Para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar a qualidade do ensino ministrado com uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico e de outras condições (BRASIL, 2007, p. 01).

Nacionalmente, o FONAPRACE é o maior espaço de discussão e direcionamento da Política de Assistência Estudantil. Constituído por uma Comissão Nacional e Comissões Regionais, o Fórum realiza reuniões nacionais ordinárias duas vezes ao ano, esporadicamente realiza reuniões extraordinárias. A última reunião ocorrida foi no ano de 2014, no mês de setembro, em Uberlândia-MG, sendo registrado como a Reunião da Região Sudeste do FONAPRACE.

A partir da criação do FONAPRACE e de toda mudança que ocorreu no país após os anos 80, podemos dizer que a Assistência Estudantil vivenciou uma etapa fundamental de crescimento e afirmação enquanto política social dentro da Educação, muitos foram os

avanços e as conquistas, e muitos ainda são os desafios postos. A fim de fazer uma linha do tempo, a exemplo da organizada sobre a primeira fase, elaboramos um quadro sobre as principais leis e documentos que marcaram a assistência estudantil, a partir da década de 1980 até o presente momento.

A partir do previsto na Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, no ano de 2008, as Instituições Federais passaram a ser contempladas com recursos específicos para implementar as ações de assistência estudantil, devendo ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso à universidade, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Quadro 01 – Ações de Assistência Estudantil a partir de 1980

Ano	Ação
1987	Criação do FONAPRACE
1988	Promulgação da Constituição Federal, artigo 206, “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”
1994	Realizado um primeiro levantamento amostral do perfil socioeconômico dos alunos de graduação das IFES.
1996	Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, artigo 3º: “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”
1996/1997	Realização da pesquisa: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras.
2000	Carta de apoio: Assistência Estudantil: uma questão de investimento
2001	Elaboração do Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior.
2001	Aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE 2001 – 2010
2003/2004	Realização da 2ª pesquisa: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras.
2007	Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007 cria o Reuni.
2007	Elaboração do novo Plano de Assistência Estudantil
2007	Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007 instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.
2010	Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, institui o PNAES.
2010	Plano Nacional de Educação 2011 – 2020
2011	Realização de nova pesquisa: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras.
2012	52ª Reunião Ordinária do FONAPRACE, criação dos GTs para análise e discussões dos programas nas IFES.

2013	53ª Reunião Ordinária do FONAPRACE, apresentação dos levantamentos da funcionalidade do PNAES e novas ações visando mobilização do Governo quanto a necessidade de revisão dos recursos buscando atender todos os Estudantes necessitados.
2014	Reunião da Região Sudeste do FONAPRACE, avaliação das negociações com o Governo Federal, bem como o impacto da expansão do Ensino Técnico e Superior referente a Rede Federal junto aos Institutos Federais e as Universidades sem previsão de ajustes no Orçamento para atender os estudantes que se encontram na margem da vulnerabilidade Social.
2014	56ª Reunião Ordinária do FONAPRACE, apresentação dos levantamentos da funcionalidade do PNAES e novas ações visando mobilização do Governo quanto a necessidade de revisão dos recursos buscando atender todos os Estudantes necessitados. O pleito da ANPG para incluir os pós-graduandos no PNAES, solicitando para isso o apoio do movimento educacional, como o FONAPRACE, trouxe à tona a necessidade de se discutir a assistência estudantil em novos moldes, de forma mais ampla, de modo que ela não atenda apenas a graduação presencial, mas o conjunto de estudantes da rede federal que necessitam.
2014	Aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024

FONTE: Sistematizado pelo autor, 2014.

3.1.1 Alguns destaques sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil e a expansão universitária

O Plano Nacional de Assistência Estudantil apresenta as diretrizes que guiam a definição de programas e projetos que visam garantir a permanência e a conclusão de curso por parte dos estudantes carentes, na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida, constituindo-se, assim, em meta prioritária para a Andifes. Nele tem-se um marco histórico que representa o compromisso da Associação com a inclusão e a permanência dos jovens nas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2007).

Os princípios que regem o Plano Nacional de Assistência Estudantil são os seguintes:

- I) a afirmação da educação superior como uma política de Estado;
- II) a gratuidade do ensino;
- III) a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES;
- IV) a formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
- V) a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- VI) a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

- VII) a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania;
- VIII) a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos;
- IX) o pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central (BRASIL, 2007).

Também no Plano são inseridos os objetivos gerais e específicos:

a) Gerais:

- ? Garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida;
- ? Garantir que recursos extra orçamentários da matriz orçamentária anual do MEC destinadas às IFES sejam exclusivos à assistência estudantil.

b) Específicos:

- ? Promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino;
- ? Viabilizar a igualdade de oportunidade aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna;
- ? Contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão;
- ? Redimensionar as ações desenvolvidas pelas instituições e consolidar programas e projetos, nas IFES, relacionados ao atendimento às necessidades apontadas nas pesquisas sobre o perfil do estudante de graduação, a partir das áreas estratégicas e linhas temáticas definidas;
- ? Adequar os programas e projetos articulados e integrados ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- ? Assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico;
- ? Promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico;
- ? Consolidar a expansão de um sistema de informações sobre assistência estudantil por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos para análise das relações entre assistência e evasão, assistência e rendimento acadêmico;
- ? Viabilizar por meio das IFES uma estrutura organizacional, em nível de Pró-Reitoria com as finalidades específicas de definir e gerenciar os programas e projetos de assistência estudantil;
- ? Desenvolver parcerias com a representação estudantil, a área acadêmica e a sociedade civil, para implantação de projetos (BRASIL, 2007).

Conforme apresentado no Plano Nacional de Assistência Estudantil, reduzir as desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Tal demanda não pode se efetivar apenas no acesso à educação superior gratuita, mas traz a necessidade de criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades, apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Sendo assim, o documento apresenta um quadro de Áreas Estratégicas, as quais devem se efetivar para que se garanta o acesso, a permanência e conclusão e cursos. São elas:

Quadro 02 – Áreas Estratégicas do plano de assistência estudantil

ÁREA	LINHA
Permanência	? Moradia ? Alimentação ? Saúde física e mental ? Transporte ? Creche ? Condições básicas para atender as pessoas com deficiência
Desempenho Acadêmico	? Bolsas ? Estágios remunerados ? Ensino de Línguas ? Inclusão Digital ? Fomento à participação político-acadêmica ? Acompanhamento Psicopedagógico
Cultura, Lazer e Esporte	? Acesso à informação e à difusão das manifestações artísticas e culturais; ? Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer.
Assuntos da Juventude	? Orientação profissional sobre mercado de trabalho; ? Prevenção a fatores de risco; ? Meio ambiente; ? Política, Ética e Cidadania; ? Saúde, sexualidade e dependência química.

Fonte: BRASIL, 2007.

Observa-se que o Plano aponta que para cumprimento do proposto é necessário que seja criado um Fundo de Assistência Estudantil, sendo alocados 10% do orçamento anual das IFES para distribuir entre as Universidades. Também expõe a necessidade de pessoal para elaboração e implementação de programas de assistência estudantil, garantindo a formação de equipes multidisciplinares e interdisciplinares. Nesse sentido, conclamam pela abertura de novas vagas de técnicos administrativos em educação com formação em Serviço Social, Psicologia, Nutrição, dentre outros.

No mesmo ano de elaboração do Plano, foi instituído, por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que, em seu artigo 1º, afirma que esse “tem por objetivo criar condições para ampliação do acesso e da permanência na Educação Superior”. Já em seu artigo 2º, item V, estabelece que o “Programa terá as seguintes diretrizes, entre outras: ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil”.

A partir da proposta do REUNI de democratização do ensino por meio da ampliação da oferta de educação superior pública e de como afirmado em seu artigo 2º, da ampliação da assistência estudantil, esta se faz mais do que necessária, pois com esse Programa mais pessoas estão tendo oportunidade de ingressar no ensino superior, muitas vezes distantes de sua cidade e até mesmo do seu estado.

Isso se dá pelo fato de que, na maioria das universidades, o processo seletivo não é pelo vestibular tradicional e sim pelo Sistema Único de Seleção Unificada (SISU), pelo qual, com a nota do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), o concorrente a uma vaga vai se inscrevendo nas universidades, podendo, por exemplo, conseguir uma vaga em uma Universidade no interior do Estado do Espírito Santo e ser do Sul do Brasil. Esse universitário, na maioria das vezes, precisa da política de assistência estudantil para poder permanecer na Universidade.

Nesse sentido, o PNAES se efetiva por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e destina-se aos estudantes matriculados em cursos de graduação na modalidade presencial das Instituições Federais de Ensino Superior.

De acordo com o PNAES, as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010). No Artigo 5º, é denominado o público que será atendido pelo programa que serão prioritariamente os alunos oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Observa-se que este programa não é universal, e sim seletivo como as políticas sociais hoje no Brasil. No caso da política nacional de assistência estudantil, já está

definido quem será o “grupo” atendido por essa política, que, portanto, não é universal, e sim focalizada em um determinado segmento. Pereira (2010) aponta que o argumento da seletividade na implantação das políticas é utilizado com o propósito de assegurar o seu acesso por grupos sociais considerados merecedores.

Estes, por seu turno, devem dispor de uma “vantagem comparativa” ou “discriminação positiva” em relação a outros grupos em melhores situações socioeconômicas e capazes de adquirir serviços por conta própria. Ou seja, nesta perspectiva, a seletividade – que não é outra coisa senão a focalização na pobreza, ou a seletividade dos gastos sociais – significa garantir que os subsídios públicos cheguem aos cidadãos mais necessitados, sem que os grupos menos necessitados deles se apropriem “indevidamente” (PEREIRA, 2010, p. 113).

A partir da criação do PNAES e com o repasse dos recursos diretamente para as unidades orçamentárias das Universidades Federais conferindo eficiência e mais autonomia na execução financeira, as UNIVERSIDADES e os Institutos Federais começaram a se organizar no sentido da implantação e implementação da política de assistência estudantil. Cabe às IFES assumirem a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador (PNAES, 2007).

No ano de 2010, foi encomenda pela ANDIFES uma nova pesquisa para o FONAPRACE com o objetivo de mapear a vida social, econômica e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais brasileiras. Com o mesmo propósito das pesquisas realizadas em 1996/1997 e 2003/2004, esta apontou a necessidade de ampliação das políticas de assistência estudantil e para isso a conseqüente ampliação de recursos destinados a esta finalidade.

A questão orçamentária é fundamental para a execução de qualquer política social. De acordo com o levantamento realizado, a assistência estudantil só começou a contar com recursos próprios a partir do ano de 2008, com a promulgação do PNAES; antes, dependia da administração das IFES destinarem recursos dentro do seu montante para a assistência estudantil, variando muito o valor deste repasse e aplicabilidade, o que de certa forma caracteriza a gestão das instituições.

A divisão dos recursos PNAES, entre as IFES, é feita por meio de uma matriz elaborada pelo MEC. Nesse sentido, elaboramos um quadro com os recursos disponibilizados pelo Tesouro Nacional aos PNAES, no período de 2008 a 2014:

Quadro 03– Recursos investidos no PNAES/UNIVERSIDADES FEDERAIS

ANO	RECURSO
2008	R\$125,3 milhões
2009	R\$ 203,8 milhões
2010	R\$ 304 milhões
2011	R\$ 395 milhões
2012	R\$ 500 milhões
2013	R\$ 750,9 milhões
2014	R\$ 950,7 milhões
2015	Estimado que deveria ser concedido R\$ 1.784.167.509,65

FONTE: Sistematizado pelo autor, 2015.

O aumento do repasse é visível, porém o recurso ainda está longe do ideal, não sendo suficiente para a concretização dos objetivos do PNAES. Nesse sentido, ações têm sido efetuadas com o intuito de embrenhar discussões e análises acerca da previsão orçamentária para 2015, com a finalidade de que o orçamento contribua para a efetivação do que prevê o PNAES.

3.2 Breve histórico da Política Nacional de Assistência Estudantil: em foco o Instituto Federal do Espírito Santo

Apresentamos a seguir a Política Nacional no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Com a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, em 29 de dezembro de 2008, através da lei nº 11.892, a qual incorporou os Centros Federais de Educação e as Escolas Agrotécnicas Federais, ampliam-se as ações e o compromisso com a garantia da igualdade e justiça social. Em consonância com a referida lei, o Ifes estabelece em documentos normativos as diretrizes para a inclusão social por meio de sua intervenção.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (2009) do Ifes, em seu inciso III, do item 2.3. que define os Objetivos e Metas da Instituição, traz a Política de Atendimento aos Discentes e define metas institucionais a serem atingidas entre os anos de 2009 a 2013, as quais merecem destaque:

- Desenvolver programa de apoio social ao discente;
- Fortalecer e apoiar a participação discente em eventos técnicos, sociais, científicos, esportivos, artísticos e culturais;
- Proporcionar a inserção e permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais de forma a garantir a elas o direito à educação;
- Proporcionar estímulo à permanência dos discentes na instituição;
- Desenvolver sistemática de atendimento ao discente e seus familiares de forma presencial e a distância;
- Ampliar políticas de apoio estudantil, visando à redução da evasão escolar.

Somam-se a isso os seguintes princípios norteadores da instituição, presentes nos incisos I e IV do Art. 3º, Capítulo II, do Estatuto do Ifes (2009):

- I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- IV - inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas.

É importante mencionar que mesmo não possuindo uma rubrica orçamentária própria destinada para a assistência estudantil, a instituição ao longo de sua trajetória destina um percentual de seu orçamento para esse fim. No documento institucional de planejamento estratégico e participativo para os anos de 2010-2013 a assistência estudantil aparece grafada no PDI, especificamente quando se mencionam as metas para o atendimento aos discentes (BRASIL, 2009). Para o alcance das mesmas, pretende-se desenvolver programas de apoio social aos discentes e para a sua consolidação, dentre as ações previstas está a ampliação dos programas de assistência estudantil e a implementação da Política de Assistência Estudantil do Ifes. Em 19 de Julho de 2010 foi aprovado o Decreto nº 7.234, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), executado no âmbito do Ministério da Educação, que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e como objetivos descritos em seu Art. 2º, conforme já mencionamos.

À luz da inarredável interpretação coesa dos textos legais (interpretação sistemática), pela qual deduz-se que os mesmos devem ser tomados em sua conjuntura e não como

pequenos “fragmentos de lei”, isoladamente, vale observar o teor dos seguintes dispositivos do multicitado Decreto:

a) artigo 4º: As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Assim, a assistência estudantil no Ifes amplia suas possibilidades de desenvolvimento por meio de atividades que atendam às demandas biopsicossociais apresentadas pelos estudantes, que perpassam o processo educativo, contribuindo assim, para a permanência e manutenção do discente na instituição, contribuindo para a redução da evasão escolar e formação do mesmo.

Ainda de forma mais específica para a Rede de Educação Profissional, Tecnológica e Científica (EPTC), prevê-se no âmbito nacional, por meio do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), a elaboração de decreto que tratará especificamente da Política de Assistência Estudantil na Rede EPTC em consonância com o Decreto nº 7.234/10 e considerando as suas especificidades.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes, as diretrizes que compõem a Política de Assistência Estudantil no âmbito institucional foram implementadas por meio da Resolução do Conselho Superior nº 19/2011, de 09.05.2011, em seu ANEXO I.

A Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, será regida pelos seguintes princípios:

- ? Equidade no processo de formação acadêmica dos discentes no Ifes, sem discriminação de qualquer natureza;
- ? Formação ampla, visando desenvolvimento Integral dos estudantes;
- ? Interação com as atividades fins da Instituição - ensino, pesquisa, produção e extensão;
- ? Descentralização das ações respeitando a autonomia de cada *campus*;
- ? Interdisciplinaridade da Política/ da Equipe/ das ações;

As ações da Política de Assistência Estudantil do Ifes serão desenvolvidas nos campi por servidores dos setores de Assistência Social, de Psicologia, de Enfermagem, de Pedagogia

e Ensino, das Coordenadorias de Curso e de Áreas, de Administração e do Financeiro, conforme Resolução do Conselho Superior nº 19/2011, de 09.05.2011, em seu ANEXO I.

No âmbito do Ifes-*Campus* Santa Teresa, a Política de Assistência Estudantil foi implantada a partir do ano de 2011, através do Edital N°01/2011, ofertando vagas para os Cursos Técnicos Integrados e principalmente para os Cursos de Graduação integral (AGRONOMIA) por se tratar de clientela oriunda de localidades diversas que não usufruiriam dos benefícios internos de Residência e Restaurante, por questões de Gestão interna e decisões da Administração.

O quadro a seguir traz um demonstrativo dos recursos disponibilizados para a Política de Assistência Estudantil no Ifes – *Campus* Santa Teresa. Por meio dos dados apresentados, podemos perceber que a Instituição tem buscado atender a demanda dos estudantes que necessitam de algum tipo de assistência.

Quadro 04 – Recursos investidos no PNAES/Ifes-CAMPUS SANTA TERESA-ES

ANO	RECURSO
2010	R\$ 0,00
2011	R\$ 260.150,78
2012	R\$ 443.377,10
2013	R\$ 457.885,41
2014	R\$ 306.20,00 até junho/2014, sendo que a previsão orçamentária para o exercício é de R\$650.000,00

FONTE: sistematizado pelo autor, 2014, com dados apresentados pelo Departamento de Administração e Finanças-DAP/Ifes-*Campus* Santa Teresa.

É importante mencionar que, no ano de 2010, o *Campus* não recebeu recursos do PNAES, pois só foi implantado a partir do ano de 2011, mas, os alunos ingressantes do Curso de Agronomia de 2010 participaram dos Editais de 2011.

Salientamos que os recursos destinados ao PNAES no Ifes *Campus* Santa Teresa contemplam apenas as ações nas áreas de: moradia estudantil, alimentação, transporte (modalidade “A” e “B”) e apoio pedagógico (monitoria). Dentre esses, o presente estudo

analisou os assistidos do Curso de Agronomia que foram contemplados com auxílio moradia e alimentação (ANEXO 4).

Cabe ressaltar que, ainda como Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa, instituiu-se o Programa de Auxílio a Estudantes Carentes – PAEC, através da Resolução nº 005/2005/CD-Conselho Diretor, de 16 de março de 2005, com o objetivo de atender aos alunos do Ensino Médio e Técnico, em vulnerabilidade social, contemplando os beneficiados com valores financeiros a fim de custear despesas com material de uso pessoal, higiene, transporte e/ou xerox. Para fazer jus aos benefícios do Programa os alunos selecionados desempenhavam atividades práticas nas Unidades Educativas de Produção (UEPs) nos finais de semana ou nos momentos que não estavam desempenhando suas atividades pedagógicas (aulas), realizando atividades práticas de campo como ordenha, tratos culturais, alimentação dos animais etc., sendo utilizados recursos próprios do Orçamento do Órgão para custear esta ação.

Constatamos que a necessidade de implantação de políticas de assistência estudantil se justifica no momento em que se iniciou, na Educação Superior, um processo de ampliação das medidas de acesso e inclusão, a partir da criação de novas Universidades e dos Institutos Federais, a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com suas Unidades Descentralizadas, denominadas *Campus*; de fomentação de políticas de ações afirmativas; reestruturação e criação de novas vagas nas universidades existentes. Ações essas que contribuíram para a entrada de um novo perfil de estudante nas Universidades Federais brasileiras, tornando, dessa maneira, a assistência estudantil indispensável para a garantia de condições de permanência dos novos acadêmicos neste grau de ensino. De nada adianta apenas a inclusão de alunos de baixa renda, se não houver a paralela garantia de que eles possam participar ativamente da vida universitária e concluir com sucesso tanto os cursos de graduação como os de pós-graduação.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Investigar a percepção dos discentes beneficiados do Curso de Agronomia do IFES *Campus* Santa Teresa sobre a assistência estudantil no que se refere a permanência, desempenho acadêmico e funcionalidade da referida política no cenário educacional do curso.

4.2 Objetivos Específicos

- Analisar como os programas da assistência estudantil têm atuado na trajetória acadêmica dos discentes do Curso de Agronomia do IFES *Campus* Santa Teresa;
- Traçar o perfil socioeconômico dos discentes do curso de Agronomia ofertado pelo IFES *Campus* Santa Teresa;
- Delinear os efeitos da assistência estudantil na vida acadêmica dos discentes do curso de Agronomia ofertado pelo IFES *Campus* Santa Teresa.

5 MÉTODO

Para melhor compreendermos a política de assistência estudantil e atingirmos os objetivos pretendidos, foi utilizada uma abordagem qualitativa, pois segundo Minayo (1998), os estudos qualitativos respondem a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser apenas quantificado. Para Richardson (1999), a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos. Tal proposição deve-se ao fato de que pretendemos com esse estudo entender a percepção dos discentes do Curso de Agronomia do IFES *Campus* Santa Teresa sobre a assistência estudantil.

Como perspectiva de estudo, trazemos a pesquisa avaliativa, traduzindo o termo *Evaluation Research*, usado na literatura anglo-americana, que visa reunir evidências válidas e confiáveis sobre a maneira e o grau em que um conjunto de atividades específicas produz resultados e efeitos concretos (RUTHMAN, 1977). Segundo Martín (1985), a pesquisa avaliativa pode ser considerada uma avaliação de programas, definindo-a como a reunião de informações sobre o funcionamento, os efeitos e consequências de um programa. Ambas as definições remetem à produção de informações e evidências sobre como o programa sob avaliação está sendo desenvolvido, se está atingindo os seus objetivos, a que resultados está chegando, qual tem sido o seu desempenho e que mudanças está produzindo no seu contexto.

Corroborando ainda com este conceito, o estudo realizado por Silva (1997) que nos apresenta a uma reflexão sobre a utilização da pesquisa avaliativa em avaliações de políticas e programas sociais, a qual

entende a avaliação como uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou de guia para uma tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ações, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento (AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p.31 *apud* SILVA, 1997, p. 43)

Ainda de acordo com Silva (1997), a pesquisa avaliativa é uma aplicação sistemática de procedimentos de pesquisa para acessar a concepção, o desenho, a implementação e as utilidades de programas sociais de intervenção, de modo que os avaliadores se utilizam de metodologias de pesquisa social para julgar e aperfeiçoar, mediante as quais políticas e programas sociais são conduzidos desde o estágio inicial de sua definição, elaboração e implementação, além de permitir distinguir programas efetivos e ineficientes.

De acordo com Michel (2009), coletar dados é observar a vida real e os procedimentos “são instrumentos utilizados para coletar dados e informações, visando à análise e à explicação de aspectos teóricos estudados. [...] essenciais para a fidelidade, qualidade e completude da pesquisa” (p. 64). Portanto, com a finalidade de obter informações suficientes ao desenvolvimento do estudo e atingir os objetivos e questões que foram propostos para esta pesquisa, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: análise documental e questionário aberto.

A análise documental foi feita a partir dos documentos que tratam da implantação e implementação da Política de Assistência Estudantil, com vistas a fundamentar e operacionalizar a aplicação dos questionários.

De acordo com Marconi e Lakatos (2013), o questionário “é um instrumento de coletas de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (p. 86).

Como toda técnica de pesquisa, o questionário também traz suas vantagens e desvantagens, das quais destacamos a partir de Marconi e Lakatos (2013, p.p. 86, 87) as seguintes vantagens

economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados; atinge maior número de pessoas simultaneamente; obtém respostas mais rápidas e precisas; há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato; há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas; há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador; há mais tempo para responder e em hora mais favorável e obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.

E como desvantagens:

impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas; a dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade

aparente; na leitura de todas as perguntas, antes de respondê-las, pode uma questão influenciar a outra e exige um universo mais homogêneo.

Mesmo com os inconvenientes apresentados pelas perguntas abertas, optamos por utilizá-las, pois “possibilita investigações mais profundas e precisas” (MARCONI, LAKATOS, 2013, p. 89) e também por entendermos que tais inconvenientes se referem ao processo de tabulação, tratamento estatístico e interpretação que se torna mais cansativa e demorada. Salientamos que a eleição de tal tipo de pergunta nos oportunizou uma análise mais qualitativa das informações, possibilitando melhor compreensão dos dados apresentados, pois permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitir opiniões (LAKATOS, MARCONI, 2013).

Para a realização da pesquisa, trazemos como nossos sujeitos alunos regularmente matriculados do Curso de Agronomia contemplados na Política de Assistência Estudantil (PAE) do Ifes-Campus Santa Teresa, nos Programas de Auxílio Moradia e Auxílio Alimentação. Tais programas buscam contribuir com a melhoria das condições econômicas, sociais, políticas, culturais e de saúde dos discentes, bem como proporcionar alternativas para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes. Desse modo, objetiva prevenir e minimizar a reprovação e evasão escolar.

Estabelecemos como critério para seleção dos sujeitos os estudantes contemplados com os auxílios alimentação e/ou moradia, desde a implantação do Curso de Agronomia no Campus (2010,) delimitando, entre estes, um contingente em torno de 05(cinco) alunos por período, dentre os contemplados no Curso, em um universo de 10(dez) períodos, totalizando 50 (cinquenta) sujeitos de pesquisa. Convém ressaltar que dos 50 questionários distribuídos, obtivemos a devolução de 29 questionários respondidos e que tal questionário foi composto por 16 perguntas e possibilitou apreender dados relevantes para a consolidação desta pesquisa.

A adoção do critério pauta-se nos parâmetros de que os estudantes beneficiados usufruem do benefício como sendo o marco primordial para sua manutenção no referido Curso e porque pretendemos analisar os efeitos dos programas mencionados, desde sua implantação, até o ano de 2014, ou seja, desde alunos que recebem os programas há 5 anos (data de início da primeira turma) até os que os recebem pela primeira vez.

No ano de 2014, ano em que aconteceu a primeira colação de grau do curso de Agronomia, havia 164 alunos matriculados, dos quais, 134 participaram do Edital de seleção para o programa de Assistência Estudantil. Após análise da documentação e realização do estudo social, foram contemplados 133 discentes.

A presente pesquisa atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os princípios de pesquisa envolvendo seres humanos. A avaliação do presente estudo foi realizada pela comissão de ética na pesquisa da UFRRJ/COMEP, antes da pesquisa de campo ser realizada. Antes de iniciar o presente estudo no IFES, entregamos a avaliação do comitê de ética para pesquisa com seres humanos.

Caracterização dos sujeitos de pesquisa

Os sujeitos de pesquisa são alunos do Curso de Graduação, na área de Engenharia Agrônômica (Agronomia) que são beneficiários dos programas da Assistência Estudantil-alimentação e moradia e que aceitaram participar dessa pesquisa. Nos itens 7.2, 7.3 e 7.4 do capítulo 7, por meio da análise dos resultados dos questionários, expressos em gráficos, pode-se conhecer melhor o perfil desses alunos beneficiários.

6 ANÁLISE DE DADOS

As respostas do questionário foram calculadas em porcentagem. Primeiramente, são apresentados os indicadores apontados na pesquisa contendo informações gerais sobre os discentes participantes, para, em seguida, serem apresentados os resultados referentes à percepção dos sujeitos acerca da política de assistência estudantil.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trazemos, nos primeiros parágrafos abaixo relacionados, uma descrição dos sujeitos envolvidos neste estudo para que possamos conhecer uma pouco da realidade socioeconômica de tais estudantes. Logo após, trazemos os dados referentes à discussão sobre a Assistência Estudantil no Ifes *Campus* Santa Teresa.

Como podemos observar no gráfico 1, a faixa etária em que há mais alunos contemplados é de 19 anos, totalizando 22,33% (6 alunos) do total apurado, seguida de 20, 21, 22 e 26 anos, com 14,98%. Em contrapartida, índices menores são os alunos de 18 anos, ingressantes no primeiro ano do curso e cujo total apura 3,24% do universo pesquisado. Os alunos de 23, 24, 29 e 32 anos representam cada um, 3,72% do total apurado.

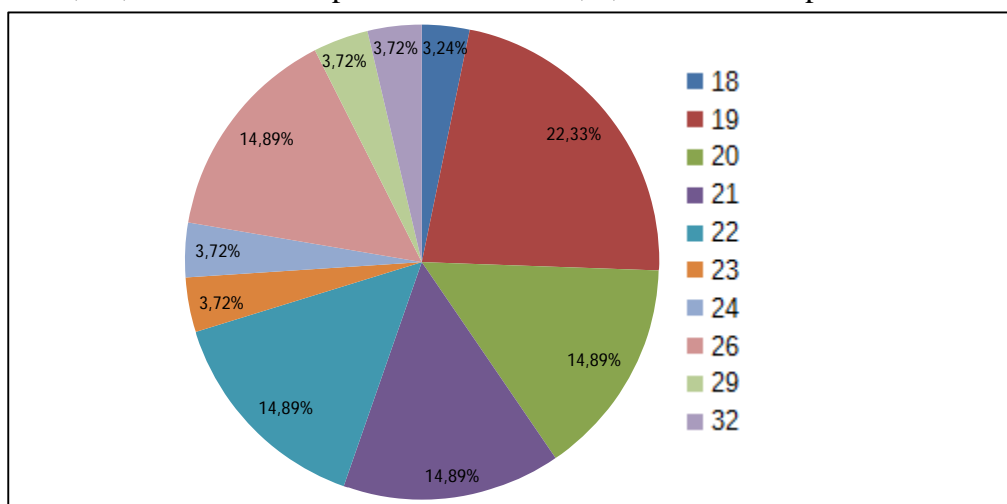


Gráfico 1: Faixa etária

Quanto ao sexo, 55% do total de alunos correspondem ao sexo masculino e 45% correspondem ao sexo feminino. Esse dado nos permite indicar que apesar de ser um Curso voltado para área agrícola as mulheres têm demonstrado interesse e tem conseguido acessá-lo.

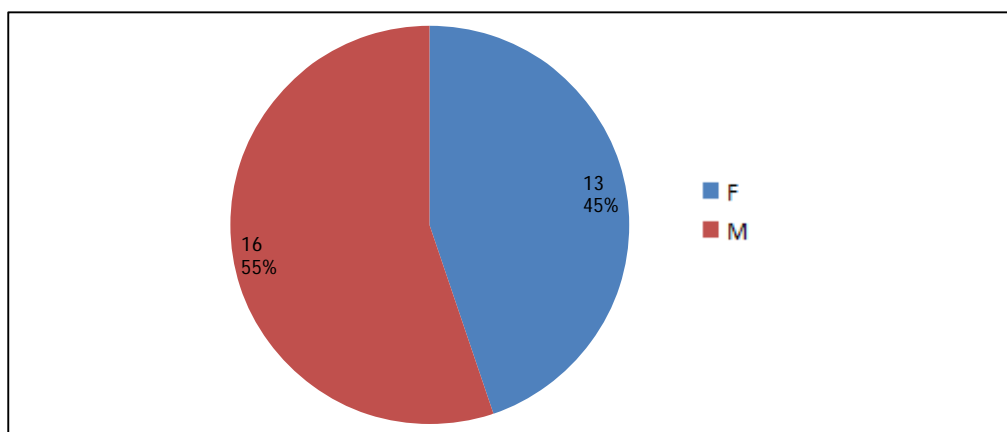


Gráfico 2: Sexo

Em relação à origem dos discentes pesquisados, 21 deles vêm da zona rural do Espírito Santo, correspondendo a 72% do total apurado, 7 alunos são da região urbana do estado (ES) e correspondem a 24% do total. Já os alunos oriundos da região urbana da Bahia somam 4% do total apurado. Tais informações indicam que os programas ofertados têm atendido a uma demanda de alunos que moram em regiões mais afastadas, que estabelecem domicílio em regiões circunvizinhas à instituição, necessitando de subsídios de moradia e alimentação.

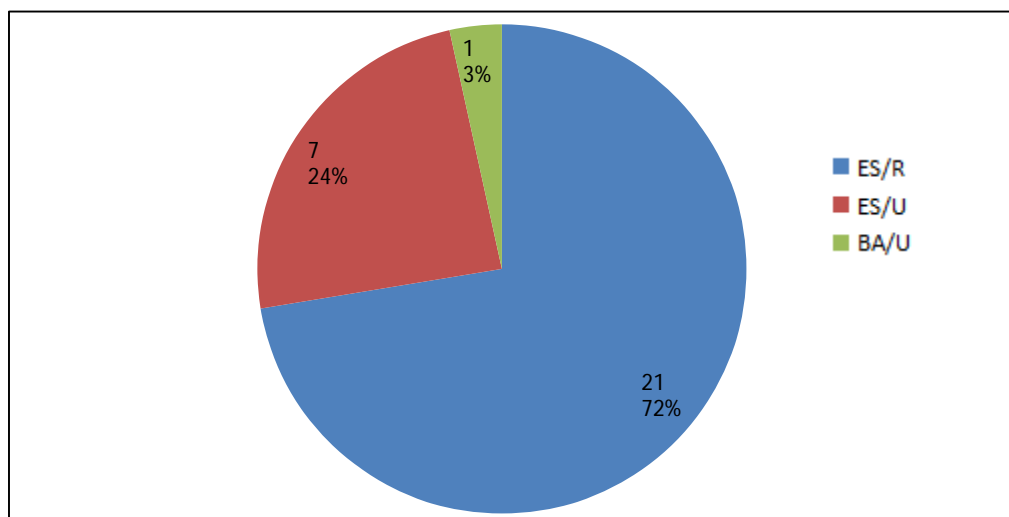


Gráfico 3: Origem

O gráfico 4 explicita, quanto ao número de membros da família, que 65% do total apurado (19 alunos) pertencem à famílias de 4 indivíduos, 28% do total (8 alunos) pertencem à famílias de 5 a 7 indivíduos. Em relação aos alunos que pertencem à família com 2 indivíduos, foi apurado um total de 2 alunos, representando 2%. Portanto, visualiza-se no gráfico que alunos com famílias de maior número de indivíduos são contemplados com os auxílios, atendendo aos critérios de renda per capita previstos pelo programa.

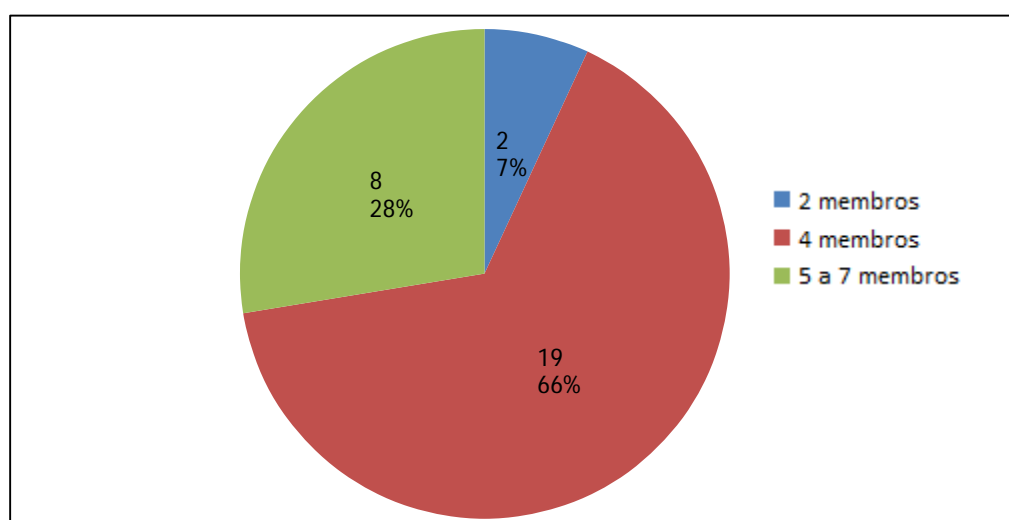


Gráfico 4: Membros da família

Em relação ao tipo de residência, 79% dos alunos possuem residência própria, 14% do total apurado possuem residência alugada e 7% residem em domicílios de terceiros como parentes e amigos. Apesar de a maioria possuir residência própria, tais domicílios encontram-se em sua grande maioria na zona rural do estado dificultando o deslocamento diário até a instituição. Portanto, os alunos alojam-se em domicílios circunvizinhos para melhor acesso, necessitando desses auxílios para a manutenção e a permanência no curso.

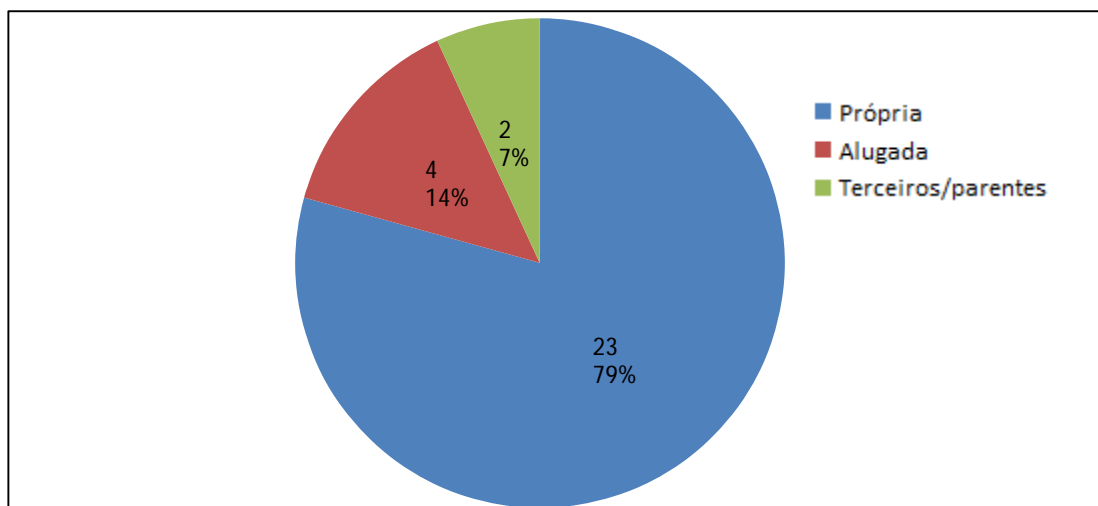


Gráfico 5: Tipo de residência

No que tange à renda per capita, os dados demonstram que 48% do total de alunos possuem renda per capita de até 1 salário mínimo, correspondente a 14 alunos apurados, 45% até 1,5 salários mínimos e corresponde a 13 alunos. Já na faixa de acima de 1,5 salários mínimos encontram-se 7% do total, correspondendo a 2 alunos. Tal levantamento explicita que as políticas de benefícios abrangem as faixas salariais mais socialmente vulneráveis e necessárias e atendem aos princípios da PNAES, ou seja, atender aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, das IES, visando promover o apoio à permanência e conclusão dos alunos de baixa condição socioeconômica.

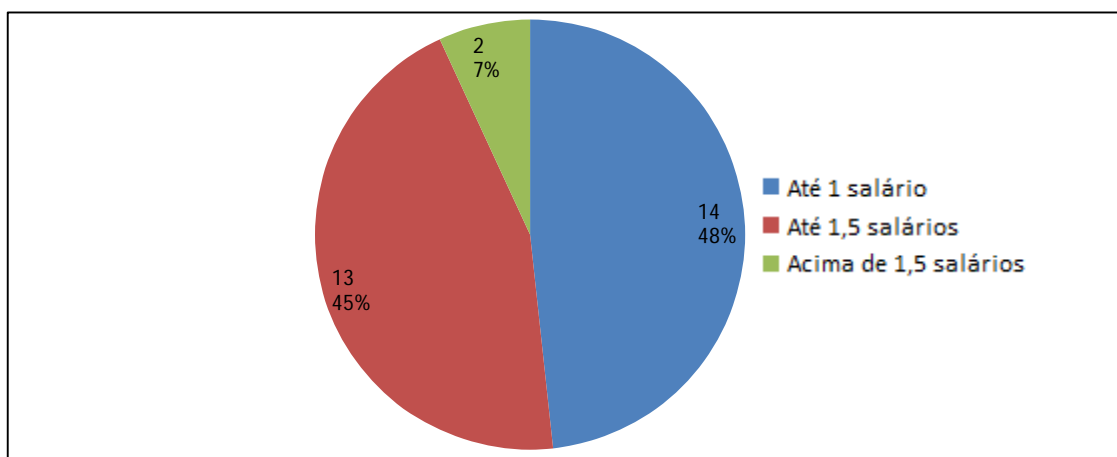


Gráfico 6: Renda per capita

O gráfico 7 explicita a relação de quais períodos distribuem-se os alunos com benefícios. Constata-se que 7% dos alunos encontram-se no primeiro período, 17% encontram-se no segundo período, 11% no terceiro período, 21% encontram-se no quarto período, 10% no quinto período, sexto e oitavo período respectivamente, 7% encontra-se no nono e também no décimo período respectivamente. O gráfico reflete a importância dos benefícios para a continuidade dos estudos, atingindo de maneira distribuída todos os períodos em questão. Convém ressaltar que muitos alunos chegam sem saber desse direito e acabam por ter contato com essa informação na matrícula ou no decorrer do curso.

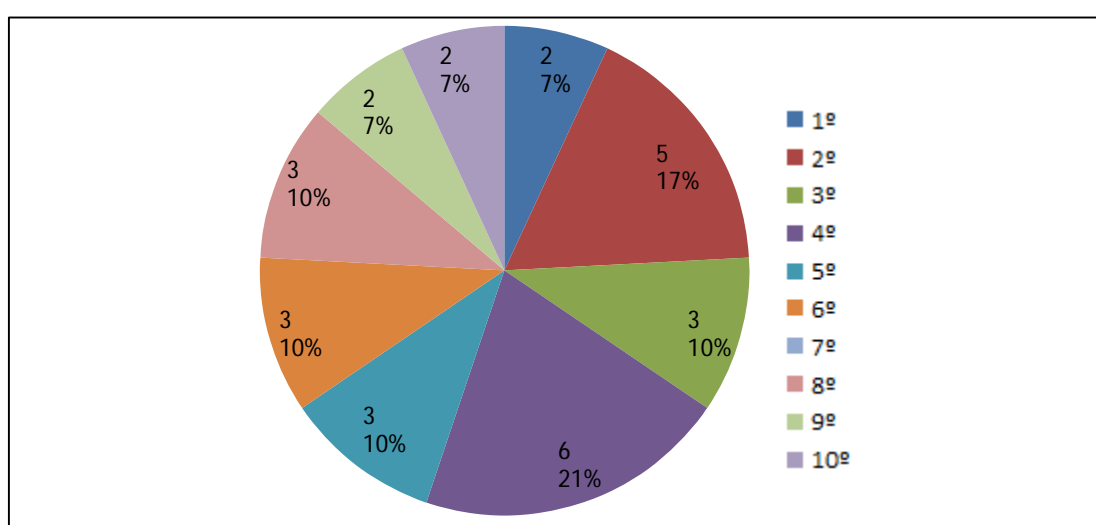


Gráfico 7: Período

Na Política de Educação Superior, a assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição de barreiras e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Assim sendo, ela transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros. A condução da política de assistência ao discente do ensino superior público federal está vinculada à reforma da Educação Superior (SPOSATI *et al.*, 2003, p.33) e deriva da influência da tendência neoliberal, mediante seus reflexos nas reformas do Brasil atual.

Como política social, a assistência estudantil tem, nos marcos do capitalismo, natureza contraditória: “pode assumir tanto um caráter de espaço de concretização de direitos, quanto ser funcional à acumulação do capital e à manutenção do status vigente” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 195).

Dos benefícios recebidos

De maneira geral a política de assistência estudantil junto aos estudantes de IES públicas, tem se caracterizado na contemporaneidade por sua natureza focalizada; pela inexistência de mecanismos de controle social sobre a mesma; pela terceirização dos serviços; pela concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação, transporte em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil, entre outros (ARAÚJO, 2003).

Em relação ao tipo de benefício recebido, 26 alunos dizem receber auxílios alimentação e moradia, representando 90% do total apurado. Aqueles que recebem apenas alimentação correspondem a 3 alunos e representam 10% do total apurado. Os auxílios de moradia e alimentação são de fundamental importância para a garantia da permanência deles.

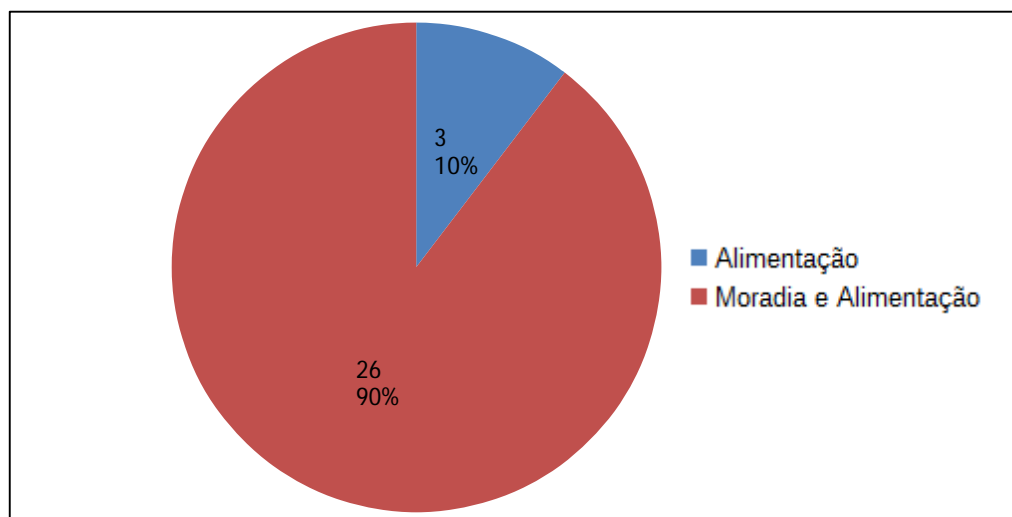


Gráfico 8: Tipos de benefícios

Em relação ao benefício recebido e ao período, percebemos que os benefícios são acessíveis a todos os períodos analisados. Além disso, a quantidade de períodos em que o aluno conta com o benefício abrange quase a totalidade dos períodos frequentados por ele,

mostrando que os alunos são subsidiados durante todos os períodos que precisam e não de maneira isolada. Tal resultado converge na prioridade da PNAES que é viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, além de agir, preventivamente para minimizar as situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

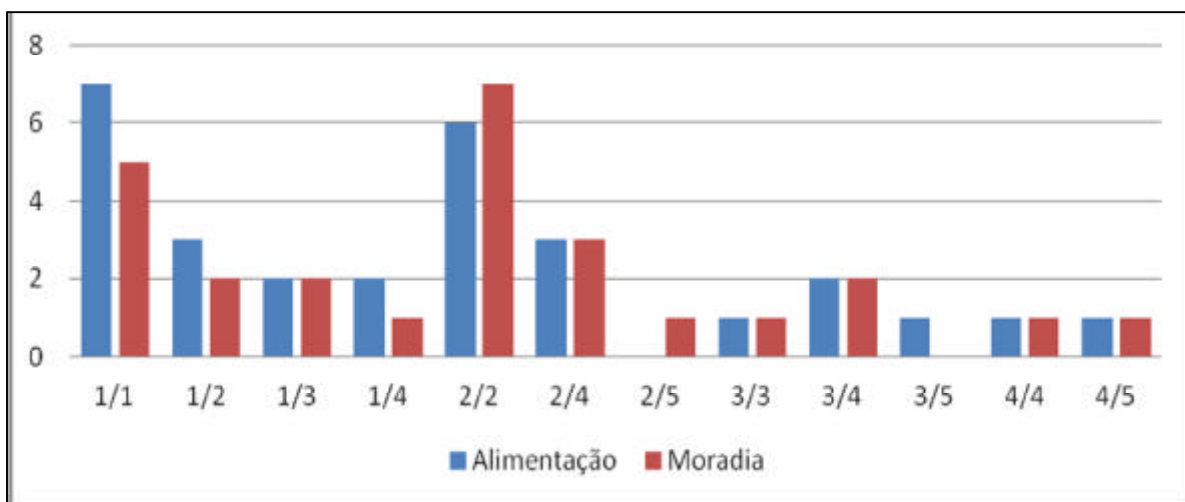


Gráfico 9: Relação benefício e período de contemplação

Na pergunta “É de seu conhecimento os critérios que regem os programas da política, com a finalidade de continuidade e renovação de participação nos mesmos?” Os resultados mostraram que 79% dos alunos responderam positivamente, seguidos de 21% que responderam negativamente. Isso indica que os critérios são amplamente divulgados e esclarecidos visando garantir a informação aos alunos da importância destes para a manutenção do programa.

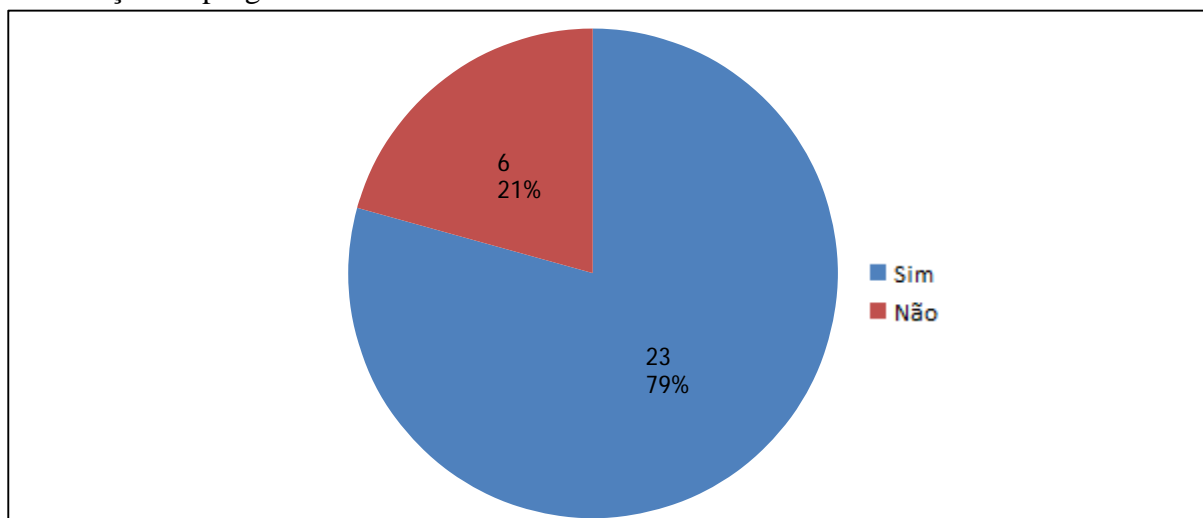


Gráfico 10: Critérios que regem o Programa

Percepção dos discentes participantes sobre o Programa de Assistência Estudantil

Em relação ao benefício recebido frente ao desempenho acadêmico, 31% dos alunos responderam que receber o benefício contribui para melhorar o desempenho acadêmico, 24% dos alunos que não há correlação, 4% do total relatou que contribui de maneira esporádica. As abstenções somam 41% do total de alunos. O desempenho do aluno também é acompanhado e incentivado por meio das regras do programa que avalia critérios como desempenho e frequência para renovação e distribuição de benefícios.

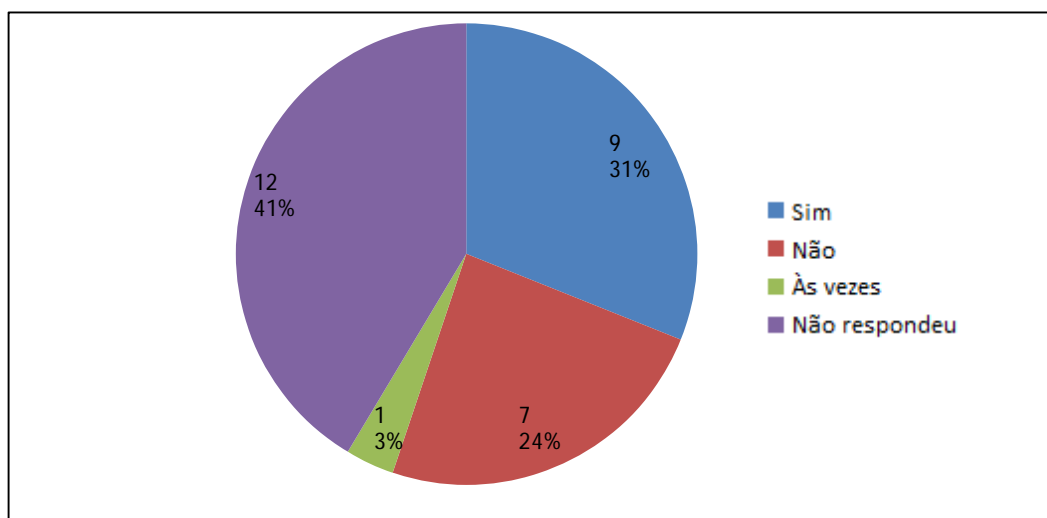


Gráfico 11: Relação benefício e desempenho acadêmico

Em relação à pergunta “O pagamento dos benefícios é realizado dentro dos prazos que atendem seus compromissos? ”. Os resultados apontaram que 72% dos alunos responderam positivamente, 24% responderam negativamente e 4% responderam esporadicamente. O pagamento do benefício dentro das necessidades dos estudantes permite que eles consigam arcar com obrigações de ordem financeira sem dificuldades.

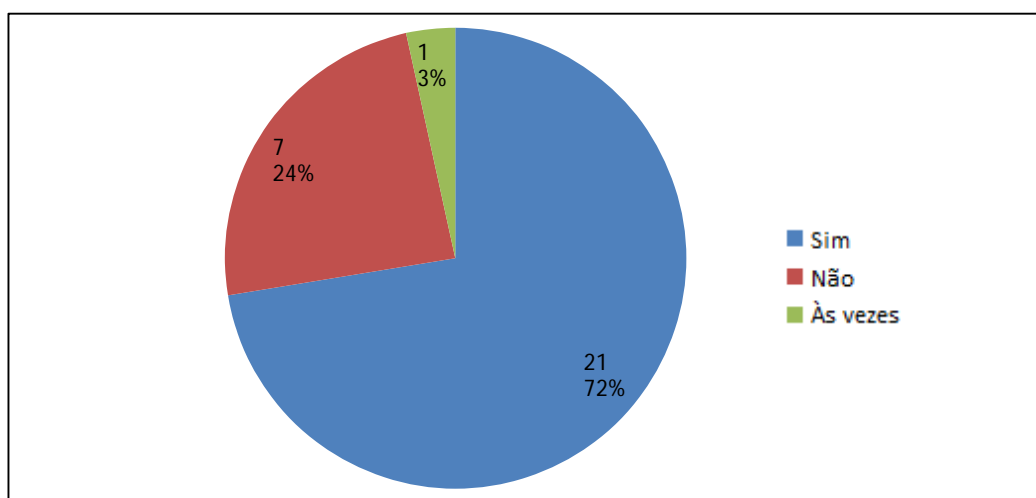


Gráfico 12: Pagamento dentro dos prazos

Quanto à pergunta “Você recebe seus benefícios até o 5º dia útil do mês subsequente?” 66% dos alunos responderam positivamente, 31% respondem negativamente e 3% deles responderam esporadicamente. Esses dados indicam que 66% dos alunos atendem às documentações e exigências necessárias ao pagamento do benefício. Ressaltamos que o pagamento também depende da disponibilidade financeira a ser liberada dentro do cronograma definido pelo governo federal.

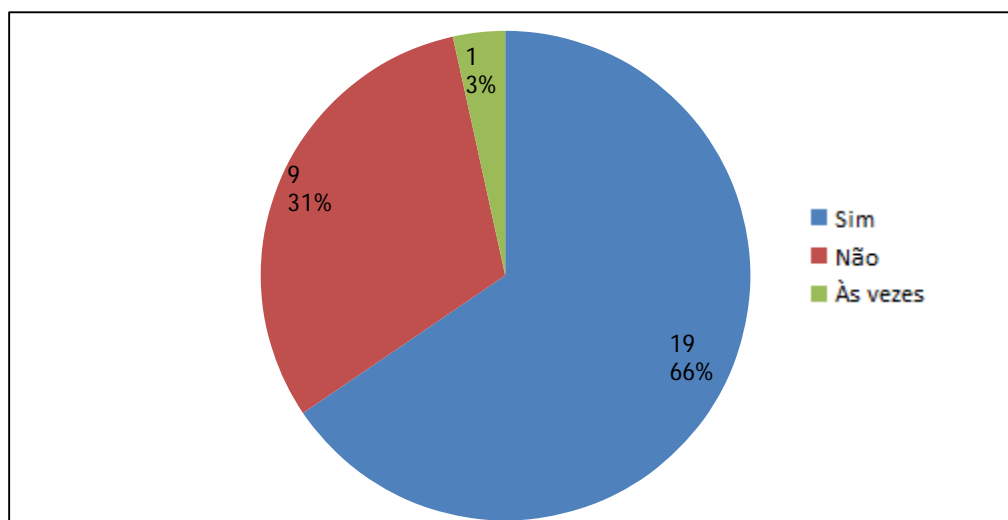


Gráfico 13: Recebimento do benefício até o 5º dia útil

Em relação à pergunta “Qual é a sua opinião sobre os documentos exigidos para inscrição nos Programas da Política?”, 59% dos alunos responderam ser necessário, seguido de 24% do total que responderam ser desnecessário. Os alunos que responderam que estão de acordo e que avaliam como suficiente correspondem a 7% do total cada, 3% dos alunos não responderam.

Esses dados demonstram que mesmo com a burocracia e os procedimentos rigorosos adotados para a oferta do programa, os alunos conseguem perceber a importância de tais procedimentos para a continuidade e ampliação da política de assistência estudantil.

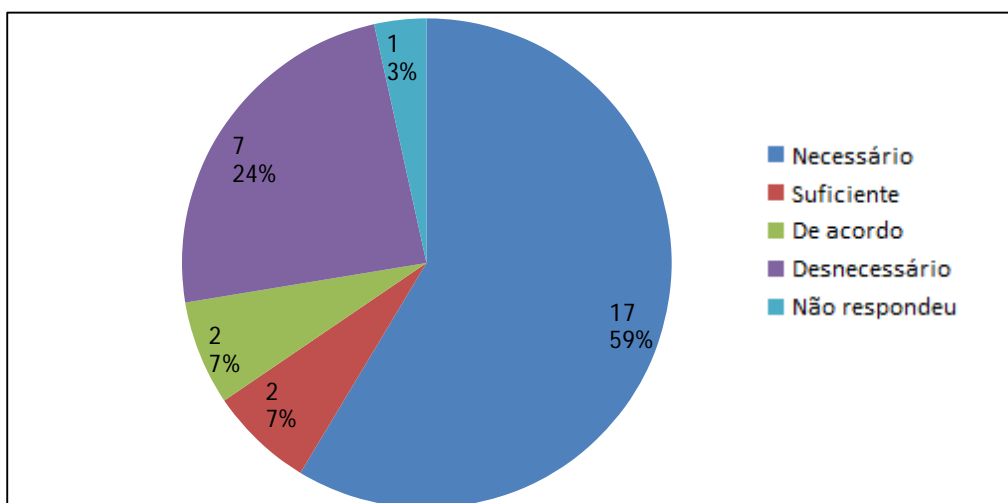


Gráfico 14: Documentação exigida para inscrição

Em relação à pergunta “A avaliação de resultados (desempenho/frequência)- Gráfico 15, bem como a disciplinar, realizadas para renovação da participação nos programas específicos da política prejudica sua continuidade no Programa?”, 90% dos alunos responderam que não afetam e 10% responderam que prejudica a continuidade no programa. O explicitado demonstra que os alunos concordam com os critérios necessários para continuar sendo beneficiário do programa, assim, a conduta de avaliar a disciplina e o rendimento dos alunos não é visto pela maioria dos educandos como prejudicial.

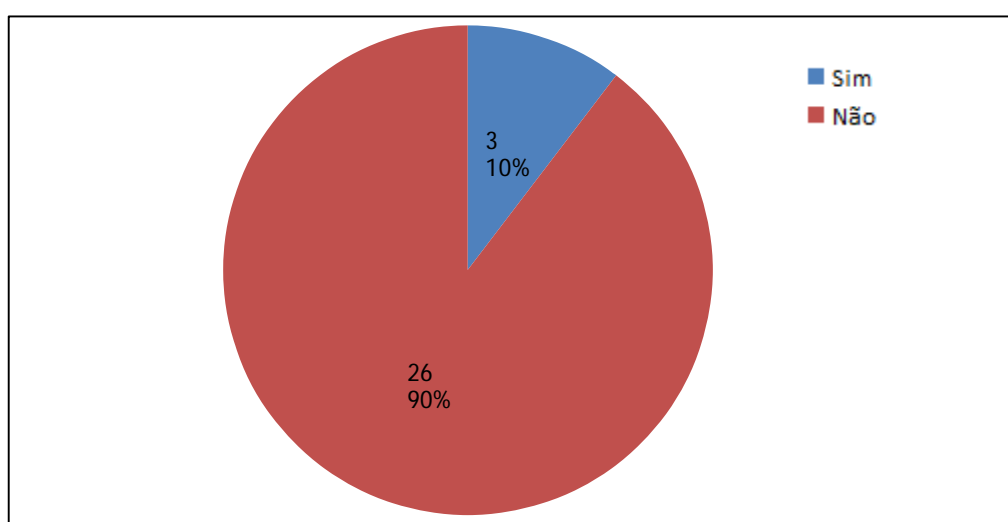


Gráfico 15: Critérios para continuidade do programa (Avaliação do desempenho do aluno)

Na pergunta “O que você pensa sobre a prestação de contas feita mensalmente através de apresentação de comprovante de pagamento como exigência para continuidade do recebimento?”, 83% dos alunos responderam que é necessário, 2% responderam que é desnecessário e 10% abstiveram-se. A avaliação positiva acerca da prestação de contas explicita o caráter não burocratizado e enxuto de comprovação, assim como posicionamento favorável dos alunos em relação à importância dessa política para a continuidade dos estudos.

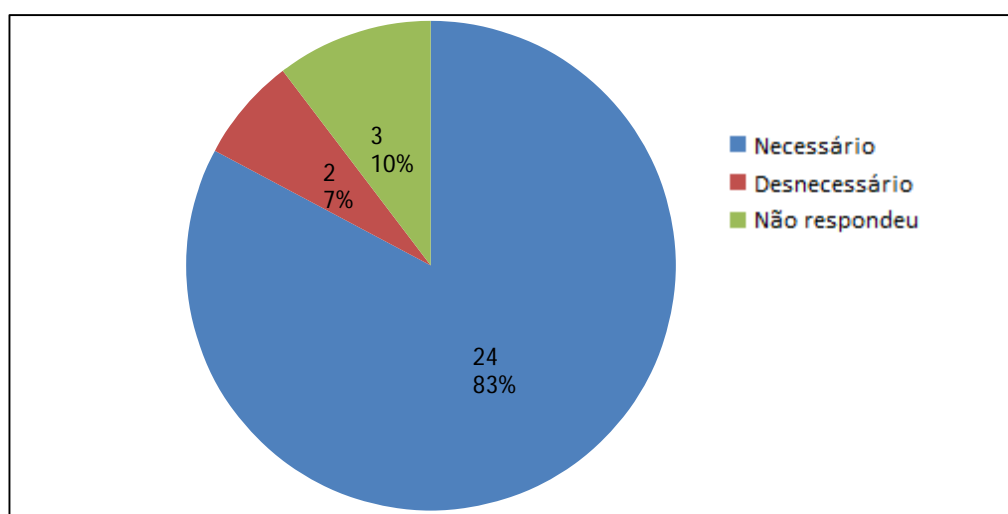


Gráfico 16: Prestação de contas

Em relação à pergunta “Se você não estivesse no programa, teria saído do curso?”, 76% dos alunos responderam positivamente, indicando que sairiam do curso caso não estivessem no programa. 24% dos alunos que responderam que não sairiam mesmo se não estivessem no programa. Esses dados indicam que os auxílios são um complemento aos gastos mensais, não garantindo a manutenção financeira total de sua permanência.

Nesse contexto, cabe trazer à tona um pensamento. A assistência estudantil também é um investimento, tanto financeiro quanto em qualificação de mão de obra e formação de cidadãos, pois cada aluno que abandona a universidade, por falta de condições de nela permanecer, representa não só a perda dos recursos investidos, mas um sinal de que a desigualdade foi mais forte, e tende a persistir (ASSIS, 2013, p.99).

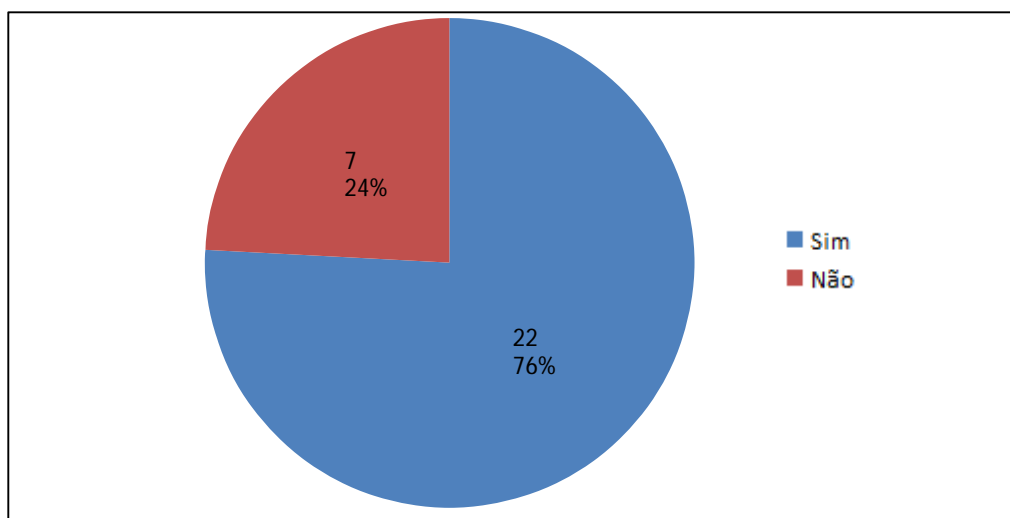


Gráfico 17: Relação PNAES e permanência no curso

Em relação à avaliação do programa feita pelos alunos, do total de 29 alunos, 2 deles atribuíram nota dez ao programa, seguido de 10 alunos que atribuíram nota nove, 12 que atribuíram nota oito e 1 aluno que atribuiu nota sete e meio. Os que atribuíram nota sete somam 3 alunos e 1 aluno atribuiu nota seis ao programa.

Dentre as notas atribuídas podemos considerá-las como relevantes tendo em vista que nenhum aluno atribuiu nota abaixo de seis, o que indica o grau de satisfação/importância da referida política na vida estudantil.

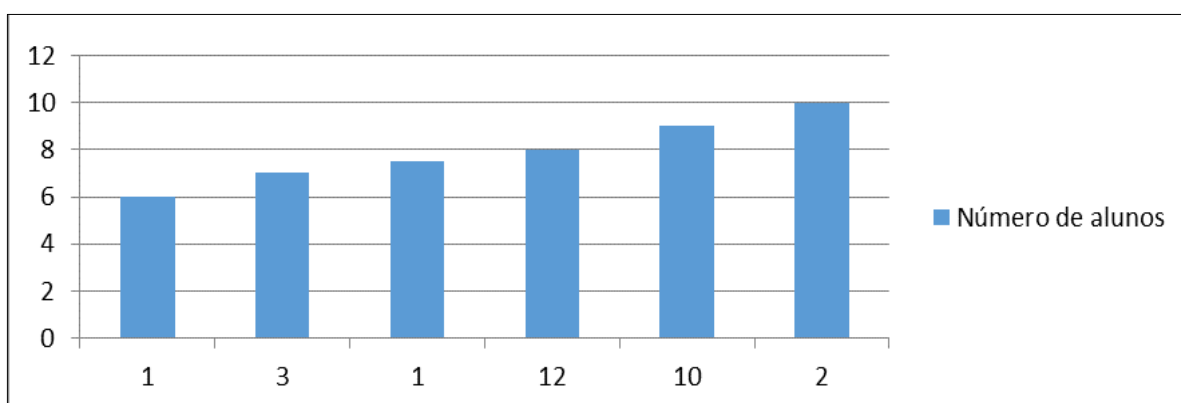


Gráfico 18: Notas para o programa

Demandas dos discentes acerca do programa

Em relação à pergunta “Preferiria que o recurso financeiro fosse substituído por moradia e alimentação gratuita?”, 66% dos alunos responderam que prefeririam a substituição e 34% dos alunos não.

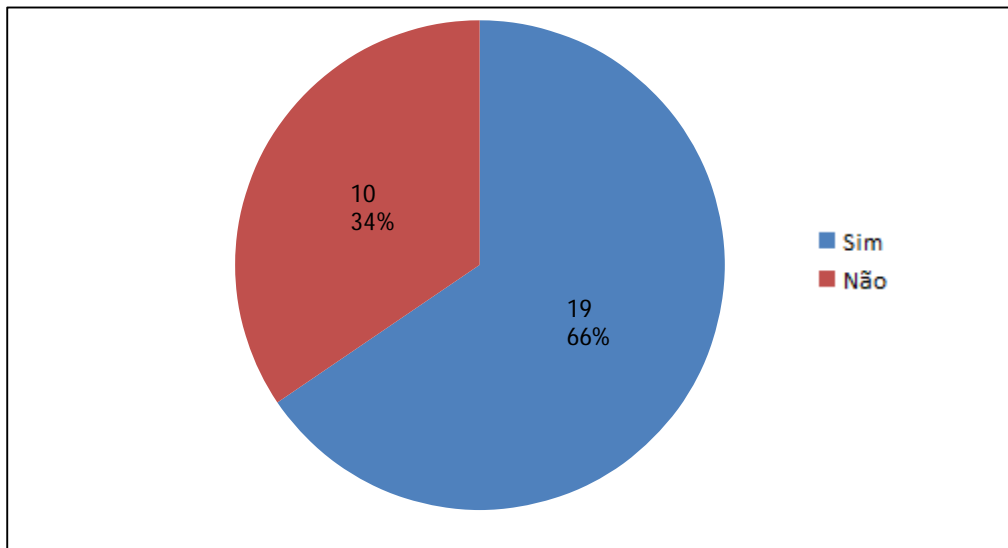


Gráfico 19: Demanda discente

Os dados obtidos através dos questionários indicam que, conforme nos aponta Oliveira *et al.* (2006, p. 6), ao se

[...] falar sobre democratização do acesso e a inclusão na educação superior implica em estabelecer políticas que beneficiam variados atores sociais. Além disso, deve-se notar que a inspiração de uma política de matiz popular pode ser uma preocupação de movimentos sociais e, ao mesmo tempo, de organismos multilaterais postos, paradoxalmente, sob suspeição pelos próprios movimentos sociais.

Para Maciel (2009), as políticas sociais são elaboradas a partir das manifestações das desigualdades sociais e das diferenças de classes. A autora afirma ainda que elas resultam de interesses sociais e da correlação de forças presentes entre os grupos que compõem a sociedade, além de se mostrarem como estratégias desenvolvidas de forma a “[...] direcionar a sociedade em determinadas perspectivas de acordo com o modelo de sociedade que se quer manter” (MACIEL, 2009, p. 36).

Corroborando com o que foi citado, Assis (2013, p.99) ressalta:

É importante que a assistência estudantil não seja percebida e planejada somente como política destinada a suprir carências materiais, mas também como sendo capaz de atuar como um programa social eficaz, no sentido de reduzir as desigualdades sociais e educacionais.

De acordo com Araújo (2003, p. 99) a discussão sobre a assistência estudantil é de grande relevância, uma vez que o Brasil é um dos países em que se verificam as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável

frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito, e de outro, como investimento.

Nesse contexto, pode-se dizer que, sem perder de vista as experiências e as iniciativas diferenciadas, a assistência deve ser entendida como um espaço de ações educativas e de construção do conhecimento e considerada no Plano de Desenvolvimento Institucional das IES uma questão de investimento para que se garantam recursos para a sua execução.

Em suma, a assistência estudantil, por meio de Programas e Projetos, precisa abarcar ações que atendam a todos os estudantes em suas especificidades enquanto sujeitos em formação, especificidades essas relacionadas à questão de gênero, étnica, geracional e econômica. Assim sendo, depreende-se que uma Política de Assistência ao Estudante deva estar integrada ao desenvolvimento pedagógico e ao exercício pleno da cidadania, transformando-a, efetivamente, em política institucional a serviço da coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Assistência Estudantil constitui uma política social que, no transcorrer de sua história no Brasil, sofreu uma série de transformações. Estas ora restringem o direito à assistência estudantil ora propiciam a expansão da mesma em consonância com o momento histórico, econômico, social e de lutas políticas travadas pela sociedade no transcorrer dos processos históricos (VIEIRA, 1992, p.45).

Para realização da pesquisa, tomamos os alunos regularmente matriculados do Curso de Agronomia contemplados na Política de Assistência Estudantil (PAE) do Ifes-Campus Santa Teresa, nos Programas de Auxílio Moradia e Auxílio-Alimentação. Tais programas buscam contribuir com a melhoria das condições econômicas, sociais, políticas, culturais e de saúde dos discentes.

A partir dos apontamentos desses alunos que puderam/quiseram contribuir para esse estudo, podem-se salientar alguns entrelaçamentos. Um primeiro ponto a ser considerado é que as respostas dos alunos aos questionários contribuem, de maneira exitosa, para a melhoria da assistência estudantil no Ifes-Campus Santa Teresa. Nesse sentido, pode-se perceber que aqueles alunos que não participaram dessa pesquisa possivelmente não tiveram essa visão sobre o processo.

Outra questão importante a ser considerada é a necessidade de o Ifes-Campus Santa Teresa estabelecer ações que visem uma maior divulgação e integração de ações que acontecem na instituição para com a comunidade externa. De acordo com a pesquisa realizada com os discentes, esse aspecto foi apontado como fragilidade, nesse contexto, cabe à instituição criar algumas medidas, como palestras, para a comunidade entender que a assistência estudantil pode garantir a permanência dos alunos, com fragilidade no âmbito financeiro, nessa instituição.

O estudo realizado também possibilitou perceber que a assistência estudantil faz parte de um processo histórico, pois está ligada à questão, também histórica, da desigualdade social e do restrito acesso de camadas populares ao ensino superior.

Outro ponto importante percebido nesse estudo é a assistência estudantil como possibilidade de permanência do aluno em situação de vulnerabilidade social na educação superior e que essa luta foi emblemada pelos movimentos estudantis e sociais, ganhando força no decorrer das décadas até culminar no PNAES.

A questão da efetividade da assistência estudantil está, também, diretamente relacionada ao entendimento dessa como um direito. Enquanto não for tomada sob tal

perspectiva, pode-se incorrer em injustiças na concessão de auxílios, no processo, descumprindo as prerrogativas legais do programa que poderá culminar na evasão do aluno. Nesse sentido, o programa deixa de cumprir sua função precípua, que é a de garantir a permanência do aluno no ensino superior público.

Tendo este estudo buscado também entender se houve contribuições da assistência estudantil de forma a garantir a permanência dos alunos na graduação, assim como se ela proporcionou um desempenho acadêmico satisfatório desses estudantes, entendemos que houve sim, pois muitos dos alunos consideraram os auxílios importantes para a sua permanência no curso.

Outro ponto que merece atenção é a questão da garantia da permanência do aluno durante toda a graduação pelo programa de assistência estudantil. Sabemos que a flutuação ou inconstância do recebimento dos auxílios ano a ano gera sofrimento e desgaste ao aluno. Entretanto, os dados demonstraram que o programa tem mantido constância abrangendo boa parte dos períodos do curso.

Tendo em vista os objetivos delineados para essa pesquisa, conseguimos, de maneira exitosa, ouvir os discentes do Curso de Agronomia do Ifes-Campus Santa Teresa beneficiários da assistência estudantil. A partir das respostas dos alunos aos questionários, pudemos compreender como os programas de assistência estudantil têm atuado na trajetória acadêmica dos discentes e delinear os efeitos da assistência estudantil na vida acadêmica desses sujeitos. Além disso, pudemos entender melhor o perfil socioeconômico dos alunos, o que pode auxiliar em uma análise pedagógica mais complexa do desempenho acadêmico desses sujeitos e pode desvelar alguns déficits, como por exemplo, aqueles relacionados à utilização de novas tecnologias, evidenciados por alguns educandos.

Em suma, a partir de tudo que foi supracitado, cabe ressaltar a importância desse estudo para o Ifes-Campus Santa Teresa avaliar as próprias ações desenvolvidas no âmbito dos programas de assistência estudantil a partir do olhar dos próprios discentes beneficiados. Além dos benefícios propostos para a instituição, bem como para os discentes da instituição, essa pesquisa é importante para se discutir mais sobre a assistência estudantil a âmbito Nacional. Espera-se que esse trabalho sirva de base e de incentivo para próximos estudos que tragam a assistência estudantil vista a partir do olhar dos mais interessados nela: os próprios alunos.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. M. C. de. **A assistência ao estudante no contexto da expansão da educação profissional e tecnológica no Maranhão: Avaliação do processo de implementação.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

ALMEIDA, N. L. T.. **A educação como direito social e a inserção dos Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais.** Cartilha: O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Minas Gerais, 2005.

ARANTES, D. R. *et al.* **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.** 2011. Disponível em: http://www.vilavelha.ifes.edu.br/files/Assist%C3%A2ncia/Anexo_I_RES_CS_19_2011_Politica_Assistencia_Estudantil.pdf. Acesso em 08 de jul. 2015.

ARAÚJO, J de O. **O Elo Assistência e Educação: Análise Assistência/Desempenho no Programa Residência Universitária Alagoana.** Dissertação de Mestrado. (Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco) Recife 2003.

ASSIS, A. C. L. **Desafios e possibilidades da política de assistência estudantil da UFJF.** Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, UFJF, Juiz de Fora, 2013.

BANCO DE TESES DA CAPES. Disponível em:<<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em 10 de abr. de 2015.

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A Assistência ao Estudante da Residência Universitária da UFPB.** 2009. 133f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BARDIN L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70; 2011.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca Básica de Serviço Social: v.2)

BRASIL, Anexo I da Resolução do Conselho Superior nº 19/2011, de 09.05.2011-POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, diretrizes que compõem a Política de Assistência Estudantil no âmbito institucional.

BRASIL, Anexo I da Resolução do Conselho Superior nº 20/2011, de 09.05.2011-REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM INTERDISCIPLINAR DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFES.

BRASIL, Censo da Educação Superior. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/>.

BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.

BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. **A Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

BRASIL, Decreto nº 19.851 de 11 de Abril de 1931. Estatuto das Universidades. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL, Decreto nº 6.096 de 24 de Abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

BRASIL, Decreto nº 69.927 de 13 de Janeiro de 1972. Programa Bolsa de Trabalho, 1972. Disponível em: <http://www.prolei.inep.gov.br>.

BRASIL, Decreto nº 7.234 de 19 de Julho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm

BRASIL, Decreto nº 7.824 de 11 de Outubro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm.

BRASIL, GOMES, Fernanda Cunha. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: a necessária interpretação sistemática da Constituição Federal, das Leis nº 11.892/2008 e nº 9.394/1996 e do Decreto nº 7.234**. Conteúdo Jurídico, Brasília- DF: 30 jun. 2011. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.32716&seo=1>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

BRASIL, INEP-MEC. **Pesquisa sobre o percentual de alunos absorvidos pela rede pública**, 1998.

BRASIL, Lei nº 10.172, de 09 de Janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação 2001–2010, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis.

BRASIL, Lei nº 10.861 de 14 de Abril de 2004. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>.

BRASIL, Lei nº 12.711 de 29 de Agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm.

BRASIL, Lei nº 4.024 de 20 de Dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm.

BRASIL, Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Reforma Universitária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm Acessado em 20 de Maio de 2011. Acessado em 11 de Maio de 2011.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 29 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos>.

BRASIL, Lei nº. 10.172 de 09/01/2001 – Aprova o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 2001.

BRASIL, MEC-SESU – Secretaria Nacional de Ensino Superior. Diplomação, Retenção e Evasão em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas, 1998.

BRASIL, Plano Nacional de Educação 2011–2020, 2011. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br>.

BRASIL, Portaria Normativa nº 18 de 11 de Outubro de 2012. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/portarias.html>.

BRASIL, Portaria Normativa nº 39 de 12 de Dezembro de 2007. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf.

BRASIL, RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR Nº 19/2011, DE 09 DE MAIO DE 2011-Aprovar a Política de Assistência Estudantil do Ifes, Anexo I desta Resolução.

BRASIL, RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR Nº 20/2011, DE 09 DE MAIO DE 2011, Aprovar o Regimento Interno do Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil do Ifes, Anexo I desta Resolução.

BRASIL, RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR Nº 33/2010, DE 6 DE AGOSTO DE 2010.- Altera e substitui a Resolução CD nº 16/2008, de 08/07/2008, que cria o Programa Institucional de Assistência ao Estudante dos Cursos Proeja no âmbito do Ifes.

BRASIL. Ministério da Educação MEC. Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (PREs/Reuni) Decreto nº 6096 24/04/2007.

BRASIL. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior: relatório final. Brasília, 2011.

CAMPOS, Denise Pereira de Araújo. **Assistência estudantil na UFMT: trajetória e desafios.** 2012. 116f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Cuiabá, 2012.

CATANI, Afrânio Mendes *et al.* **PROUNI: Democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?** IN Educar em Revista, dossiê: Política de Educação Superior no Brasil no contexto da Reforma Universitária. Curitiba, 2006. ISSN 0104-4060.

COELHO, M. J. **A Política de Assistência Estudantil e a contrarreforma universitária: Estudo sobre o Programa de moradia universitária na Universidade Federal do Ceará.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

FERNANDES, N. G. de O. **A política de assistência estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil: o caso da Universidade Federal de Itajubá.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

[FONAPRACE] FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Pesquisa amostral do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES brasileiras.** 1997

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. 2008. **Plano Nacional de Assistência Estudantil.** Disponível em: <http://www.andifes.org.br>. Acesso em 25/03/2014.

FÓRUM NACIONAL PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. Fóruns. Brasília, disponível em <<http://www.andifes.org.br/contents.php?id=2>>. Acesso em 25/03/2014.

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação e Educação Brasileira Contemporânea.** IN. Educação e Sociedade. CEDES no 8. São Paulo: Cortez, 1981.

GERSCHMAN, S. **A democracia inconclusa: um estudo da reforma sanitária brasileira.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2004, p.27.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de Direitos.** 2012, 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2012.

MACIEL, C. H. **Discurso de inclusão e política educacional: uma palavra, diferentes sentidos.** InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.15, n.30, p.32-54, jul./dez. 2009

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARIZ, S. D. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma reflexão sobre sua implementação na UFPB.** 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2012.

MARTENDAL, L. **Programa de atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade social: Aproximações avaliativas sobre sua implementação e gestão.** 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MARTIN, A. F. **La investigación evaluativa: una perspectiva experimentalista.** *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. n. 29, p. 12-14, enero-marzo, 1985.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C., (1993). **Universidade e formação de professores: uma perspectiva integradora.** A Universidade de Educação, de Anísio Teixeira. Tese de Doutorado, Departamento de Educação da PUC-Rio.

MENEZES, S. C. de. **Assistência Estudantil na Educação Superior Pública: O programa de bolsas implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.** 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, M. C. de S. **Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento.** *Ciênc. Saúde Coletiva*, 3(2): 4-5,1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Assistência Estudantil. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf> Acesso em: 25/03/2014.

PALÁCIO, P. da Paz. **Políticas de acesso e permanência do estudante da Universidade Federal do Ceará (UFC).** 2012. 124f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2012.

PEREIRA JUNIOR, A. B. **Assistência Estudantil como política pública na rede federal de educação profissional - o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do sul de Minas Gerais.** 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

RUTHMAN, L. **Evaluation research methods: a basic guide.** Londres: Sage, 1977.

SILVA, M. L. da. **A política de assistência estudantil no contexto de expansão do ensino superior: as particularidades do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN.** 2012. 208 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e Silva. **Avaliação das políticas sociais: concepção e modelos analíticos.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 53, p. 74-79, 1997.

SILVEIRA, M. M. da. **A assistência estudantil no ensino superior: Uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.** 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais), Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

SIQUEIRA, Ângela Carvalho de. **Propostas, Conteúdos e Metodologias do Ensino Agrotécnico. Que Interesses Articulam e Reforçam.** Dissertação de Mestrado – Educação, UFF, Niterói, 1987.

SOUZA, D. J. N. de. **Política de Educação Superior e os Programas de Permanência para Universidades Públicas- um estudo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul-2003 a 2010.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

SPOSATI, A. de O. *et al.* **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise.** São Paulo: Cortez, 2003.

UNIÃO Nacional dos Estudantes. **A reforma universitária que a UNE quer. In: 53 CONEG E SEMINÁRIO NACIONAL,** 2004, São Paulo. Documento sobre a reforma universitária. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.iq.unesp.br/pet/texto15.doc>>. Acesso em: 19 de nov. 2010)

VIEIRA, E. **Democracia e Política Social.** São Paulo: Cortez, 1992.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ANEXOS

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO

Caro aluno,

Este questionário destina-se a levantar dados acerca do entendimento sobre a política de assistência estudantil sob o olhar dos estudantes de Agronomia ofertado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo e como os programas da referida política têm atuado na trajetória acadêmica oferecido pelo IFES *Campus* Santa Teresa, que posteriormente serão tabulados e analisados para subsidiar a propositura de sugestões que contribuam para a melhoria do desempenho do referido Programa. A presente pesquisa será desenvolvida como parte das exigências do curso de Mestrado em Educação Agrícola oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª Silvia Maria Melo Gonçalves.

Responda as perguntas abaixo sobre Assistência Estudantil. Sua identificação será mantida em sigilo.

Nome:										
Idade:				Sexo:			<input type="checkbox"/> Masculino		<input type="checkbox"/> Feminino	
Período:	<input type="checkbox"/> 1º	<input type="checkbox"/> 2º	<input type="checkbox"/> 3º	<input type="checkbox"/> 4º	<input type="checkbox"/> 5º	<input type="checkbox"/> 6º	<input type="checkbox"/> 7º	<input type="checkbox"/> 8º	<input type="checkbox"/> 9º	
Município de origem:										
<input type="checkbox"/> zona rural					<input type="checkbox"/> zona urbana					
Estado:										
Situação financeira										
Renda Per capita:										
<input type="checkbox"/> até 1 salário mínimo			<input type="checkbox"/> Até 1,5 salário mínimo			<input type="checkbox"/> mais de 1,5 salário mínimo				
Membros na família: <input type="checkbox"/> 2			<input type="checkbox"/> até 4		<input type="checkbox"/> de 5 a 7		<input type="checkbox"/> mais de 7			
Tipo de residência oficial: <input type="checkbox"/> própria <input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> terceiros (parentes/amigos)										

1- Assinale qual benefício você recebe e o período de contemplação do mesmo:

() ALIMENTAÇÃO () 2011 () 2012 () 2013 () 2014
() MORADIA () 2011 () 2012 () 2013 () 2014

2- O(s) benefício(s) que você recebe contribui(em) para que você tenha um desempenho acadêmico satisfatório?

Porque: _____

3- Caso você considere o benefício como insuficiente para um desempenho acadêmico satisfatório, o que poderia ser feito para que suas necessidades fossem atendidas?

4- O pagamento dos benefícios é realizado dentro dos prazos que atendem seus compromissos?

Porque: _____

5- Você recebe seus benefícios até o 5º dia útil do mês subsequente?

6- O meio utilizado para efetuar o pagamento é o mais adequado para sua realidade?

Porque: _____

7- Qual é a sua opinião sobre os documentos exigidos para inscrição nos Programas da Política?

Porque: _____

8- É de seu conhecimento os critérios que regem os programas da política, com a finalidade de continuidade e renovação de participação nos mesmos?

9- A avaliação de resultados (desempenho/frequência), bem como a disciplinar, realizadas para renovação da participação nos programas específicos da política prejudica sua continuidade no Programa?

Porque: _____

10- No caso de receber o benefício moradia, responda as seguintes perguntas:

a) O que você pensa sobre a prestação de contas feita mensalmente através de apresentação de comprovante de pagamento como exigência para continuidade do recebimento?

b) O que você pensa de ter que assinar comprovando o recebimento dos benefícios?

11- O(s) programa(s) que você recebe contribui(em) para que você permaneça no curso?

Porque:

12- Se você não estivesse no programa, teria saído do curso? _____

13- Preferiria que o recurso financeiro fosse substituído por moradia e alimentação gratuita?

14 – Tomando os valores de zero a dez, quanto atribuiria para o programa? _____

15 – O que você mudaria no programa? _____

16 – O que você não mudaria no programa? _____

Sugestões referentes aos programas da política estudantil (moradia/alimentação):

Agradecemos sua participação!



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
ALUNO(A) CONTEMPLADO(A) COM BENEFÍCIO (Alimentação e/ou Moradia)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE AGRONOMIA do Ifes *CAMPUS* SANTA TERESA SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: um estudo visando Investigar a percepção dos discentes do Curso de Agronomia do Ifes *Campus* Santa Teresa sobre a assistência estudantil”, por ser um aluno matriculado no ensino de graduação(Superior) regular. O principal objetivo deste estudo de caso é analisar como os programas da assistência estudantil têm atuado na trajetória acadêmica e delinear os efeitos da assistência estudantil em sua vida acadêmica como Estudante do Curso de Agronomia ofertado pelo IFES *Campus* Santa Teresa.

Realizarei com você, se me autorizar, a aplicação de um questionário, cujo objetivo é a obtenção de dados sobre a percepção como o participante de pesquisa dos efeitos da assistência estudantil em sua vida acadêmica. Ao participar desta pesquisa você não receberá nenhum tipo de pagamento – sua participação será voluntária. Você não terá despesa alguma durante a participação da pesquisa. É garantido você o sigilo de sua identidade e o anonimato de suas informações. Você tem plena liberdade em recusar a participar da pesquisa, bem como de retirar o seu consentimento em qualquer momento de seu desenvolvimento sem penalização alguma. Você deve estar ciente que os resultados desta pesquisa poderão ser publicados e /ou divulgados (mantendo o sigilo de sua identidade e o anonimato de suas informações). Garantindo o retorno dos resultados aos entrevistados. Acredito que não haverá desconforto e / ou risco ao participar da pesquisa, pois ela se dará de modo simples: questionários.

Caso você tenha dúvidas sobre a pesquisa, deseje obter informações sobre o seu andamento ou opte por desistir de participar da mesma, por favor, comunique sua decisão para que eu possa informá-lo(a) ou para que retire os seus dados : Sival Roque Torezani, e-mail: sivalrt@ifes.edu.br, cel: (27) 99973-3141, endereço: Rod. ES 080, Km 93, Bairro São João de Petrópolis-Cep:29.660-00-SANTA TERESA-ES.

Em, ___/___/2014.

Assinatura do Pesquisador

Declaro que li e compreendi o termo acima e consinto em participar desta pesquisa.

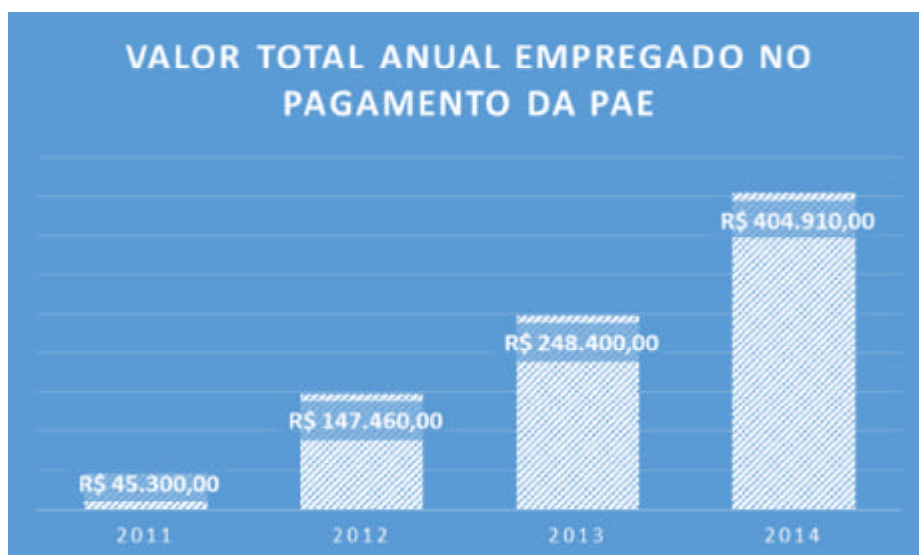
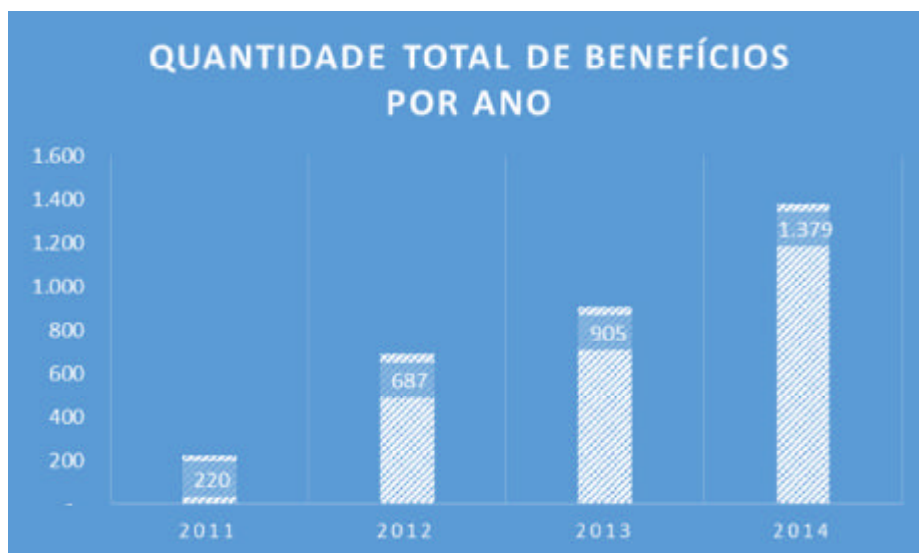
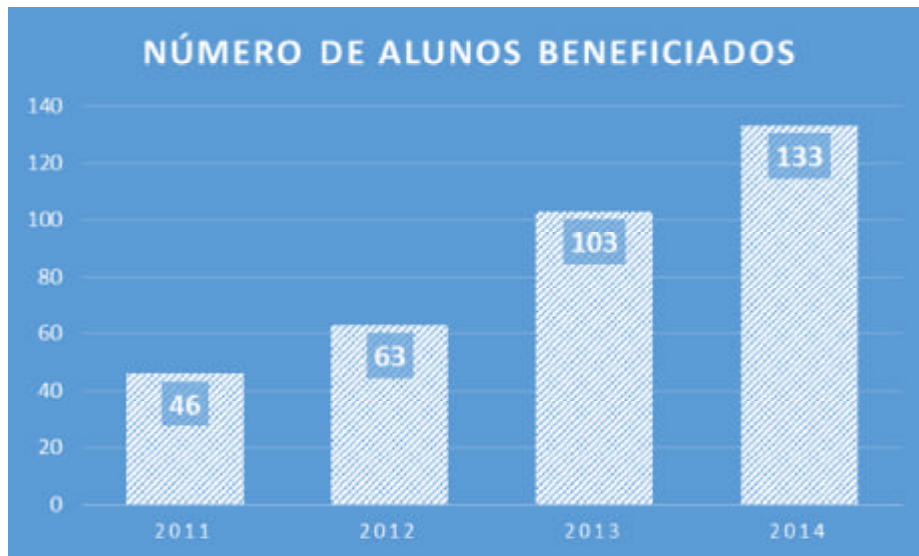
Declaro também que recebi cópia deste termo de consentimento.

Em, ___/___/2014.

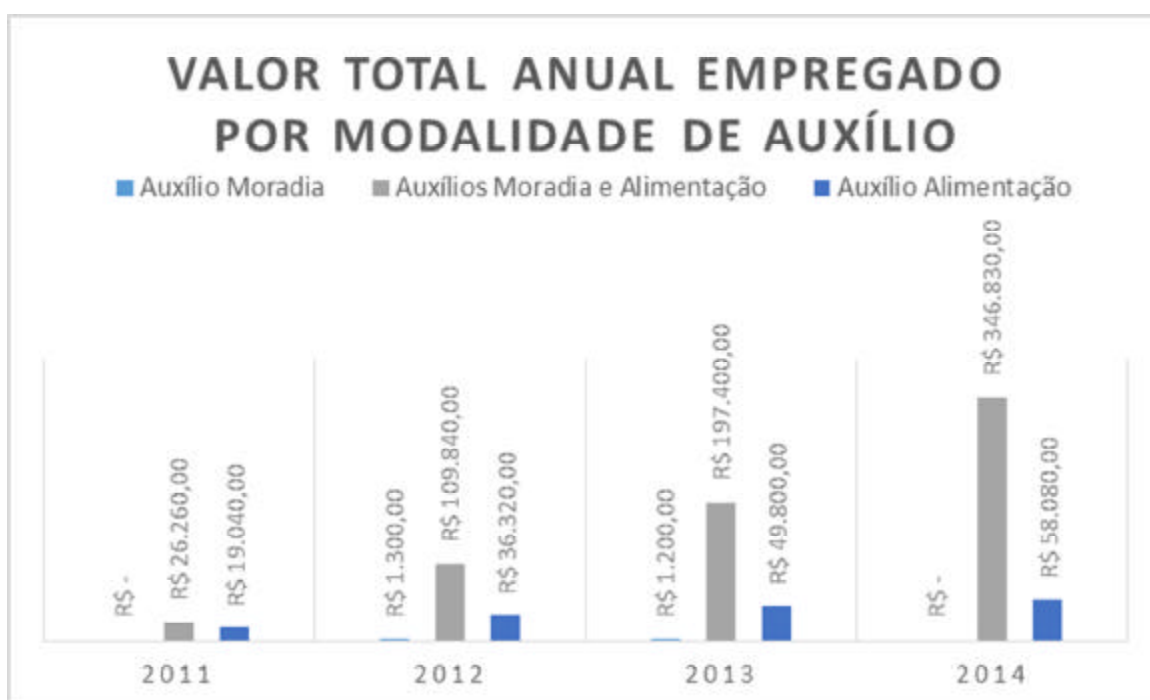
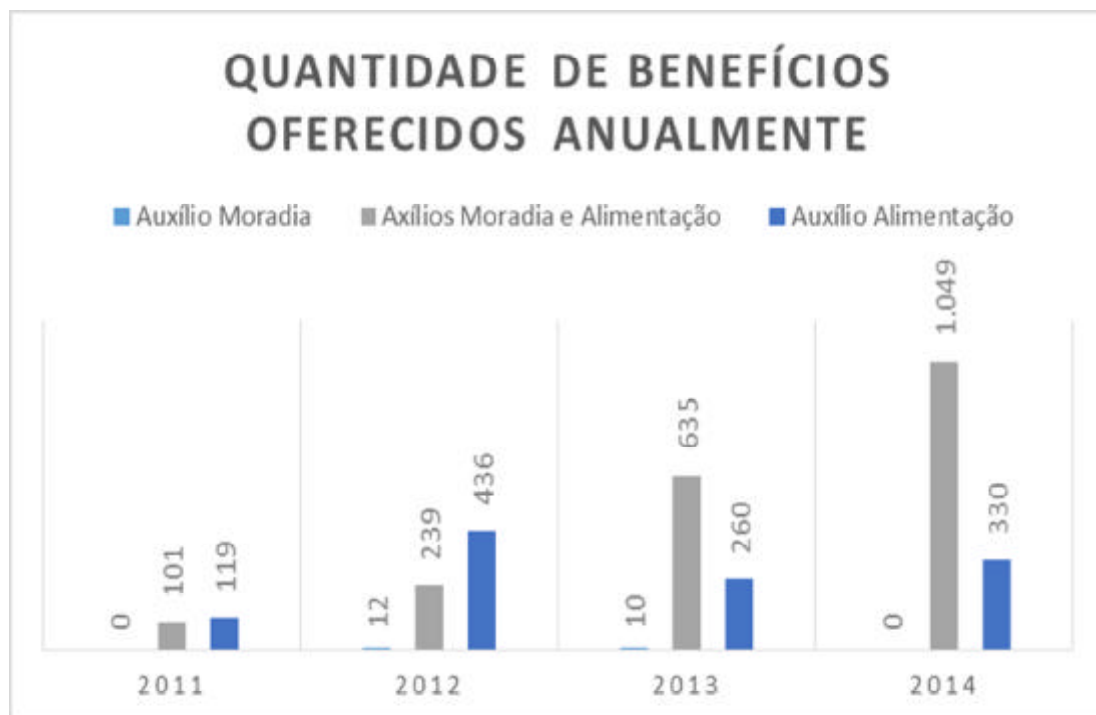
Nome do Participante: _____

Assinatura do Participante: _____

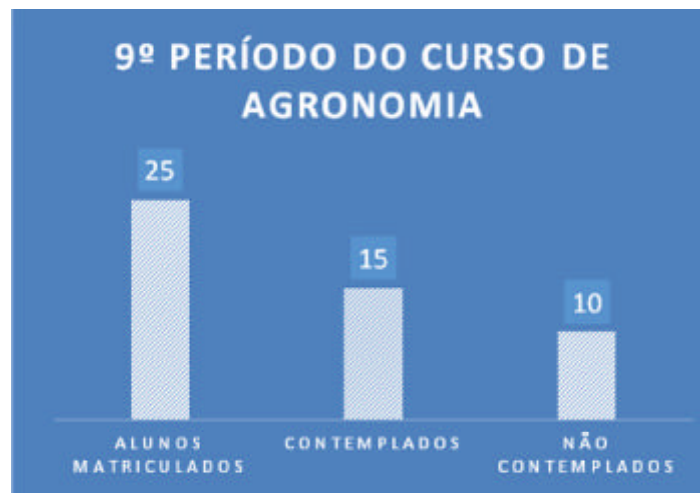
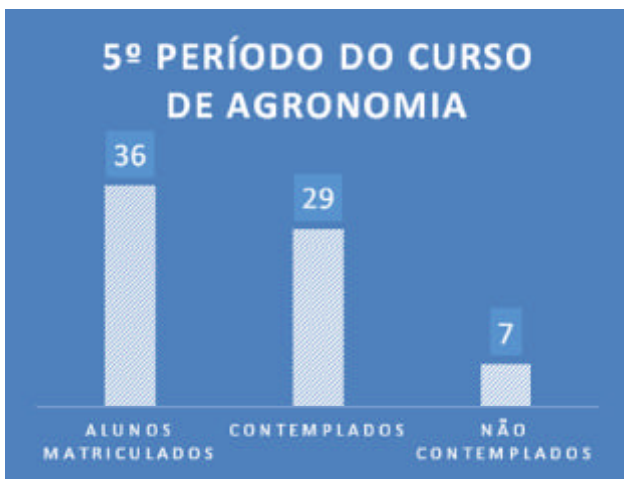
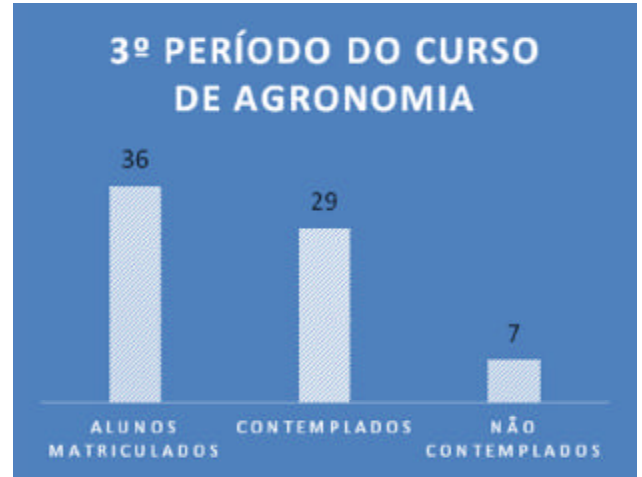
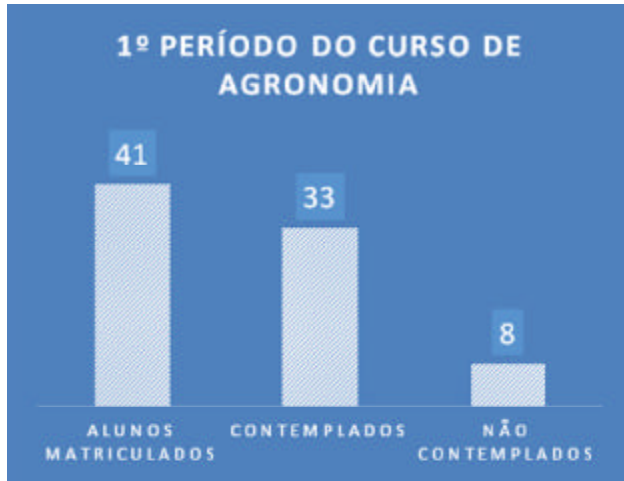
ANEXO 3 - EVOLUÇÃO DA PAE NO IFES *CAMPUS* SANTA TERESA –
PERÍODO 2010 A JUNHO/2014.



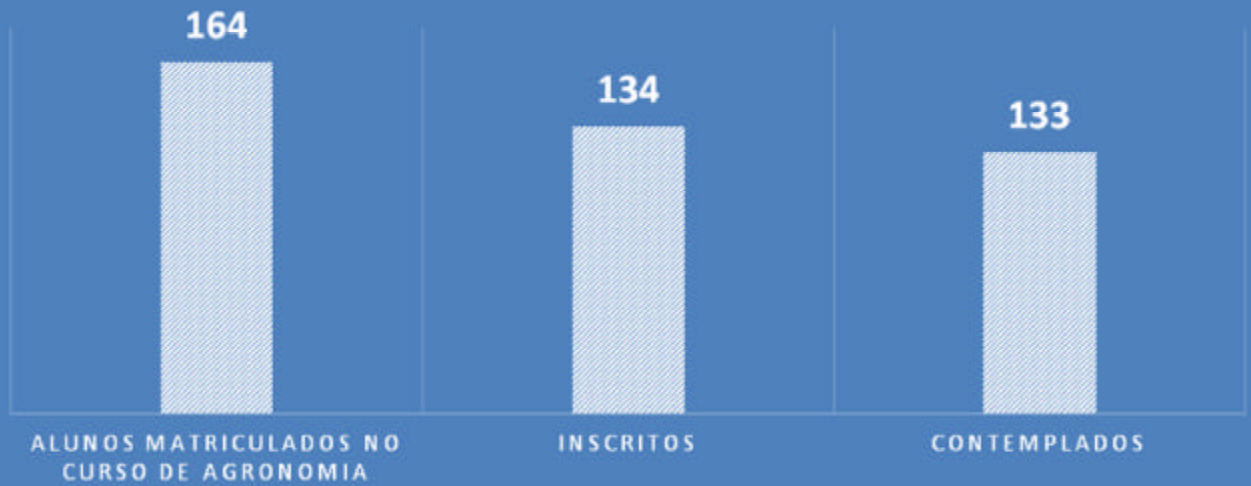
ANEXO 4 - ESTATÍSTICA DO PAEC NO ANO DE 2014/1 – INSCRITOS E CONTEMPLADOS GERAL



REPRESENTAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA POR PERÍODO



DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE AGRONOMIA QUANTO A PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA



ANEXO 5 - PROTOCOLO DE EXPERIMENTAÇÃO ENVOLVENDO SERES HUMANOS

I. PESQUISADOR E OBJETIVOS:

A. Coordenador: Sival Roque Torezani

B. Instituto: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo-*Campus* Santa Teresa.

Departamento: Departamento de Desenvolvimento Educacional-DDE

Laboratório: Coordenação Geral de Assistência ao Educando-CGAE

Telefone: (27) 3259-7878

E-mail: lusineriop@ifes.edu.br

C. Título do projeto: A PERCEPÇÃO DE DISCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO - *CAMPUS* SANTA TERESA SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

D. O protocolo é:

Novo [_____] Revisão, anterior nº:

[_____] Renovação, anterior nº:

E. Descreva o(s) objetivo(s) da pesquisa.

Investigar a percepção dos discentes beneficiados do Curso de Agronomia do IFES *Campus* Santa Teresa sobre a assistência estudantil no que se refere à permanência e desempenho acadêmico, a fim de analisar a funcionalidade da referida política no cenário educacional do curso.

Objetivos específicos: analisar como os programas da assistência estudantil têm atuado na trajetória acadêmica dos discentes do Curso de Agronomia do IFES *Campus* Santa Teresa; traçar o perfil socioeconômico dos discentes do curso de Agronomia ofertado pelo IFES *Campus* Santa Teresa; delinear os efeitos da assistência estudantil na vida acadêmica dos discentes do curso de Agronomia ofertado pelo IFES *Campus* Santa Teresa.

F. Equipe

Nome / Departamento / Instituição - Contribuição ao Projeto

Sival Roque Torezani/ Departamento de Desenvolvimento Educacional-DDE/Instituto Federal de Educação, Ciência e Educação do Espírito Santo-*Campus* Santa Teresa e Prof^ª. Dr^ª Sílvia Maria Melo Gonçalves/ Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, UFRRJ, e-mail: gsilviamm@gmail.com

II. SUJEITOS E MÉTODOS

A. Especificação do tipo de estudo:

Estudo sobre os programas de auxílio alimentação e moradia da Política de Assistência Estudantil prestada aos discentes do Curso de Agronomia, como meio de prover a permanência desses no ensino superior público, oferecendo-lhes condições materiais e imateriais que garantam o seu processo de formação acadêmica e profissional. A delimitação do curso deve-se ao fato de que é um curso integral, o que dificulta aos discentes terem uma fonte de renda e, por sermos membro da Comissão Gestora da Política de Assistência Estudantil no referido *campus*.

B. Local da pesquisa:

Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Espírito Santo-*Campus* Santa Teresa.

C. Características gerais da população envolvida na pesquisa:

[50] número de indivíduos [18 a 40 anos] faixa etária
[Normal] estado geral de saúde [___] outros

D. Critérios de inclusão e exclusão:

A delimitação do curso deve-se ao fato de que é um curso integral, o que dificulta aos discentes terem uma fonte de renda e, por sermos membro da Comissão Gestora da Política de Assistência Estudantil no referido *campus*.

Por termos um conhecimento prévio da legislação que implanta e implementa a Assistência Estudantil, bem como, do processo de seleção de candidatos, propomos conhecer tal política a partir de seus sujeitos de direito, para que assim possamos entender, analisar e discutir os desafios e as possibilidades que os programas proporcionam na vida acadêmica dos estudantes que recebem os benefícios e também daqueles que não a recebem.

E. Descrição em detalhes e com destaque dos métodos que afetam os sujeitos do experimento:

F. Identificação clara das fontes de obtenção do material da pesquisa:

Investigar o campo de pesquisa, lançando mão de levantamento de dados sobre a assistência estudantil, aplicação de questionários junto aos alunos do Curso de Agronomia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo-*Campus* Santa Teresa.

III. DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR

Estou familiarizado com os princípios aprovados pela COMEP-UFRRJ em 08/10/2008. Concordo em aceitar essas normas na condução dos estudos descritos anteriormente.

Afirmo que esse estudo não é desnecessariamente duplicativo, tem mérito científico e a equipe que participa desse projeto foi treinada e é competente para executar os procedimentos descritos nesse protocolo.

Nome: **Sival Roque Torezani**

Assinatura _____ Data: 08 de outubro de 2014.



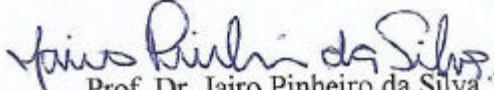
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMISSÃO DE ÉTICA NA PESQUISA DA UFRRJ / COMEP

Protocolo Nº 496/2014

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado *“A percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Santa Teresa, sobre a assistência estudantil”* sob a responsabilidade da Profa. Silvia Maria Melo Gonçalves, do Departamento de Psicologia, Instituto de Educação, processo 23083.008948/2014-31, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

UFRRJ, 05/12/2014.


Prof. Dr. Jairo Pinheiro da Silva
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Jairo Pinheiro da Silva
Pró-reitor Adjunto de
Pesquisa e Pós-Graduação
SIAPE nº 1109655